

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

O CENTENÁRIO HENRIQUINO.  
IMAGENS E IDEOLOGIA

Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 15  
Faculdade de Letras  
Coimbra  
1993

## O CENTENÁRIO HENRIQUINO\*\*

### Imagens e Ideologia

#### *Centenário e Memória Colectiva*

Celebrações, comemorações e centenários não são inúteis nem inexpressivos, quer para a instrução do cidadão, quer para a “ilustração” do historiador. São formas de instrução cívica que assumem um significado real na nossa sociedade. Há os que amam, os que não detestam e os que contestam os centenários. Referentes da memória colectiva, perdem-se no esquecimento ou emergem da sepultura dos anos com manifestações que despertam entusiasmos e suscitam interrogações.

Estudar uma comemoração implica a análise de questões relativas ao sentido e às funções do fenómeno de rememoração. Para além das palavras, dos símbolos, das festas — manifestações da consciência comemorativa — há também o lugar da história na sociedade que quer, assim, ser celebrada.

O V centenário do nascimento do Infante D. Henrique em 1894 assumia, na perspectiva de muitos, a função de modelo pedagógico e as actividades festivas para o comemorar assemelham-se a demonstrações de psicologia política como numa tradicional festa de aniversário.

---

(\*) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(\*\*) Este texto, agora ampliado, foi publicado no Catálogo *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 101-131.



Cartaz do Centenário



O Infante D. Henrique visto pelo jornal satírico *O Sorvete*.



Número comemorativo do jornal *O Commercio do Porto*

Muitos viam nos festejos henriquinos uma ocasião oportuna de poder contribuir, pela evocação do passado, para cimentar o sentimento nacional. As preocupações do presente determinavam a visão do passado.

Teria sido entendida a lição e ouvida a mensagem?

### *Actores e Projectos*

Os liberais portugueses idealizaram erguer, em 1836, um monumento em Sagres que perpetuasse o génio descobridor do Infante D. Henrique. Assim ordenava o visconde Sá da Bandeira, Ministro da Marinha do governo de D. Maria II, pela portaria de 8 de Abril de 1836: “enquanto se não levante esse padrão digno de lembrar ao mundo os feitos de tão grande príncipe, se coloquem dois pilares nas ruínas da vila de Sagres”. Uma inscrição latina e a sua tradução em língua portuguesa, encimadas pela Cruz da Ordem de Cristo de que o Infante foi Mestre, completavam essa singular memória.

Volvidos oito anos, o abade de Santa Eulália e Rio de Moinhos, António Dâmaso de Castro e Sousa, do arcebispado de Braga, solicita ao governo, em 24 de Março de 1844, a consagração do Infante materializada numa estátua a figurar na Sala do Risco do Arsenal da Marinha. As reiteradas solicitações do ardente patriota não tiveram eco. O silêncio foi prolongado, entrecortado, porém, pelos anseios da representação iconográfica do Infante manifestados em revistas e jornais oitocentistas e pela figuração artística produzida na época romântica <sup>(1)</sup>.

Coube à Sociedade de Instrução do Porto a iniciativa de revitalizar a ideia de levantar uma estátua na capital do norte, em 1882, como “preito de reparação a este ínclito vulto da história patria, que tanto fez pela instrução do país e pela glória da nossa terra”. O monumento comemorativo, “afirmação solene e pública da solidariedade histórica das gerações”, mereceu a autorização governamental pelo projecto de lei de 15 de Maio de 1882. Apreciado

---

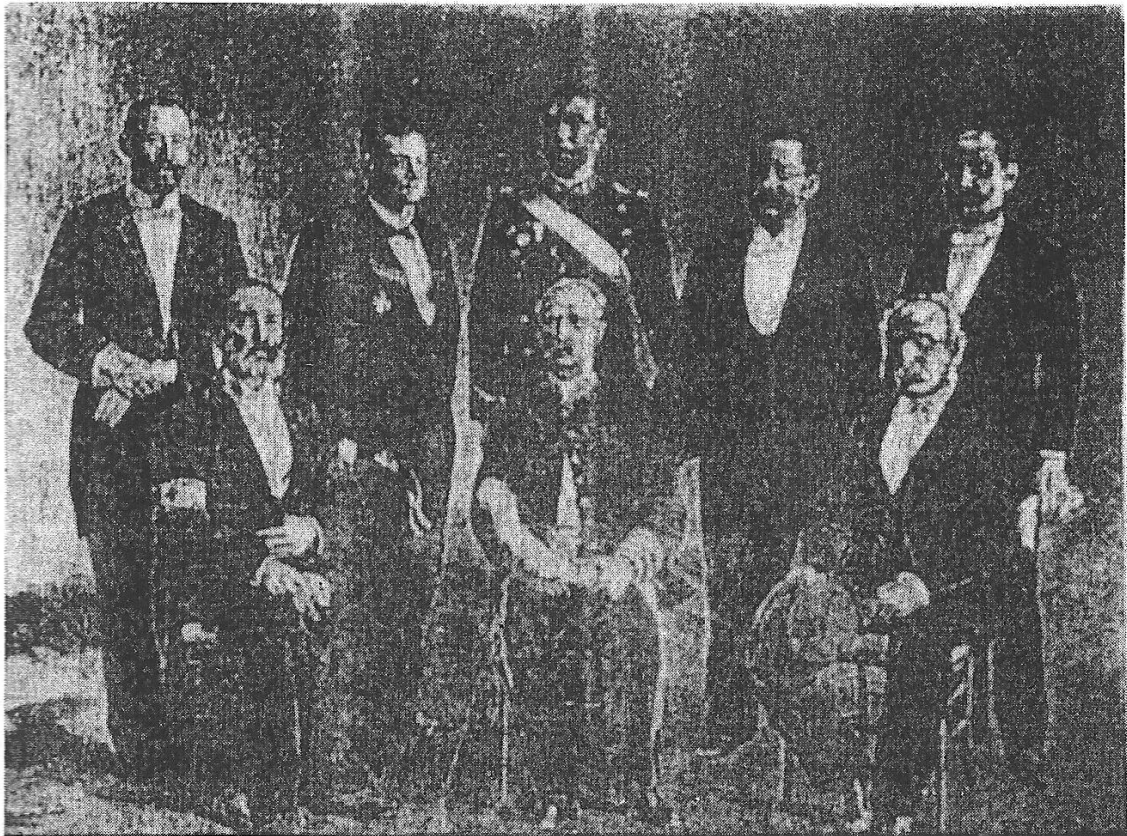
<sup>(1)</sup> Vejam-se, entre outras, a *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, vol. IV, 1844-1845, p. 492 e vol. VI, 1846-1847, pp. 167-168; *O Panorama*, Lisboa, vol. VII, 2<sup>a</sup> s., 1843, p. 140. Cfr. Agostinho Araújo, “O Infante D. Henrique visto pela época romântica”, in *Catálogo O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 55-85.

na Câmara dos Pares, que acolhe “com aplauso tão patriótico empenho”, é aprovado e por decreto de 26 de Julho de 1882 “é o governo autorizado a contribuir com o bronze necessário para a estátua que projecta levantar na cidade do Porto, a Sociedade de Instrução, por subscrição pública, à memória do Infante D. Henrique”. É de sublinhar que quando ocorrem as comemorações do centenário do Marquês de Pombal, em 1882, cresce o entusiasmo pela antecipada preparação dos festejos henriquinos.

Não foi passivo o movimento comemoracionista que já então se gizava. Em Lisboa, ergueram-se vozes que defendiam a construção do monumento na capital do país. O Real Club Naval e a Sociedade de Geografia reiteravam que era “em Lisboa que o monumento deve ser erigido em frente do majestoso edifício dos Jerónimos, onde antigamente foi a ermida do Restelo, fundação do glorioso infante”. Foi um demorado processo de negociações institucionais à volta de “tão patriótico plano” e um completo marasmo subsequente que provocaram a dissolução sucessiva de comissões que deixaram fenecer o entusiasmo pela celebração do centenário. É só em 1889 que alguns membros da Sociedade de Instrução do Porto constituem nova comissão e acolhem, com ânimo, a proposta do sócio António Soares dos Reis “que prometera sem renumeração alguma, o respectivo projecto, e modelar a estátua do Infante”. Sob a presidência de Paulo Marcelino Dias de Freitas, agregavam-se a esta comissão vultos conhecidos no meio portuense (Eduardo de Sequeira, Joaquim António Gonçalves, António Soares dos Reis, António Nicolau d’Almeida, Fernando Maia, A. Malheiro Dias, F. de Castro Monteiro, Adolfo Pimentel, José Vitorino Ribeiro, Simas Machado, Paulo Marcelino Dias de Freitas, Eduardo von Hafe, Francisco José Patrício, António de Oliveira Monteiro, presidente da Câmara e António José da Silva, presidente da Associação Comercial) que programaram antecipadamente as festas do centenário henriquino. Inauguravam-se com a realização de um sarau em 3 de Abril de 1889, no salão Gil Vicente do Palácio de Cristal.

A solenidade decorre em ambiente ricamente decorado em que o simbólico da expansão marítima evoca o culto ao Infante e a consagração dos seus feitos. Bandeiras, cabos entrelaçados, velas de navio, armas, peças de artilharia, espadas e remos decoram o espaço da festa; sobressai no palco o busto do infante e a sua divisa *Talent de bien faire* e destaca-se o lema da Sociedade de Instrução do Porto — *Par est fortuna labori*.

O discurso de abertura glorifica o vulto do infante e a



A Comissão Executiva das comemorações henriquinas.

imortalidade da sua obra. As suas glórias relatam-se em memórias (de Joaquim António Gonçalves, redactor do jornal *Provincia* e de Alberto Sampaio, advogado em Guimarães) cantam-se em poemas (Luís de Magalhães e Manuel Duarte d'Almeida) e exaltam-se na oratória de António Cândido Ribeiro da Costa: "É necessário — afirma na alocução — que a nação redima a falta em que está para essa memória, merecedora de todos os cultos (...) os monumentos públicos têm alma e voz, falam, ensinam, educam; e quando, como neste caso, exaltam e consagram uma grande memória doméstica, são o prospecto e a imagem da *pátria ideal* (...). Não podia deixar de agradecer, aplaudir e secundar esta elevada inspiração, eu que estou há muito, e já agora ficarei até à morte, numa espécie de idealismo positivo, que vê ao longe a inanidade e a ilusão de todas as cousas, mas que procura e estuda, apesar disso, nos factos a sua lei e não apenas a sua utilidade" (2).

O projecto iniciado pela Sociedade de Instrução colheu o apoio e cooperação do município do Porto a tão "patriótica cruzada".

A conjuntura nacional e a ambiência que se vivia estimularam o alor centenarista.

O grande movimento nacional, que a ameaça britânica provocou em 1890, encontrou eco nos sintomas de reacção dos autores da celebração centenária que recusaram as ofertas materiais de cidadãos ingleses para a escultura do monumento. O empenho inicial, que superou conflitos e dificuldades no interior da Sociedade, sepultava-se agora sob o peso de divergências de opiniões e atritos pessoais que conduziram à sua dissolução num momento particularmente agudo da crise nacional.

O decadentismo dos jovens estudantes de Coimbra, que em 1889 se intitulam os Insubmissos, o "vencidismo" que se tornara a filosofia de vida dos que a vida nacional tinha vencido (Eça de Queirós, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, entre outros) e o pessimismo dos poetas expressam a derrota trágica e o fim dos seus sonhos. Os "Vencidos da Vida", na "terra cheia de mágoas e penumbras", — como escreve Teixeira de Pascoais (3) — são imortalizados na "atmosfera espectral" das telas de Columbano.

---

(2) António Cândido Ribeiro da Costa, *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica Editora, 1905, p. 250.

(3) Teixeira de Pascoais, *D. Carlos*, 1919, obra publicada apenas em 1925.

Em 1890, “a catástrofe não era o sonho estético de um realista ou de um simbolista, mas a própria realidade ou quase” (4).

O Ultimato inglês de 1890 abriu uma profunda ferida narcísica e ateou um nacionalismo exacerbado. A crença num novo regime assumiu, então, para muitos, a forma de uma República messiânica, o único regime capaz de dignificar a nação e de a reconduzir a uma posição de força. A ofensiva contra o símbolo da unidade portuguesa — o Rei — é claramente uma ofensiva contra a monarquia. A crise colonial fomentou uma já dura crise de política interna — crise do regime, crise económica, crise social e crise cultural.

Crise de valores, viragem ideológica na chamada “geração de 70” e na designada “geração de 90” conduziram a um regresso ao passado, às origens, às “serras”, à busca da alma nacional. Tradição democrática amalgamada com o crescente movimento anticlericalista e a corrente positivista alicerçam a ideia de uma República como entificação da regeneração da Pátria.

Um estado de angústia generalizada enraíza-se nos portugueses ao longo do século romântico. Uma crise de estruturas económicas, sociais, políticas e culturais oferece a atmosfera propícia ao crescente pessimismo. A revolta republicana responderá, em 31 de Janeiro de 1891, no Porto, à situação precipitada pelo Ultimato inglês. Crise dos anos 90 que os nacionalistas Alfredo Cunha e Trindade Coelho definem como “crise complexa de moralidade e de intelectualidade, de pobreza económica e de miséria mental” (5).

Da letargia em que mergulhara o movimento comemoracionista do V Centenário do nascimento do Infante D. Henrique despertaram novos entusiasmos que acalentaram a ideia da rememoração. A visita do rei D. Carlos I ao Porto, em Novembro de 1891, moveu o ensejo de dedicados adeptos que nela viam o momento oportuno para o lançamento da primeira pedra do monumento. “Daqui a 3 anos, em 1894 (...) que há-de dizer o país, que há-de dizer o Porto — a cidade natal do infante D. Henrique — quando os estrangeiros vindos de todas as partes do mundo à ocidental praia lusitana, nos perguntarem pelo monumento do infante? ...” (6).

Entusiasmo efémero! Só em 1892 se mobilizaram, de novo, os

---

(4) José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, vol. VI, Lisboa, Livros Horizonte, s. d., p. 1288.

(5) *Revista Nova*, nº 1, Novembro, 1893.

(6) *A Província*, nºs. 268 e 271 de 23 e 26 de Novembro de 1891.



que iniciaram e defenderam a comemoração solene do dia 4 de Março de 1394. O requerimento é dirigido ao município do Porto, a quem caberia a iniciativa e direcção da festa cívica. Um apelo é propagado aos municípios no sentido de dar à solenidade uma dimensão de consagração nacional e incentiva a cooperação de sociedades científicas em nome da abertura da Europa a novos mundos e do ideal universalista que animara o Infante.

Reunida a nova vereação camarária do Porto em sessão extraordinária de 19 de Abril de 1893, presidida pelo conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida, foi então decidido que competia à municipalidade a superintendência do centenário henriquino <sup>(7)</sup>. Estabelecidos os detalhes do programa dos festejos, foi nomeada a Comissão Executiva. Assumia a chefia do cumprimento do plano das comemorações o próprio presidente do município, Conselheiro Costa e Almeida (advogado, professor no Liceu Central e na Academia Politécnica, Governador Civil e deputado pelo círculo do Porto, membro do partido progressista). Integrava a Comissão Executiva do Centenário o Padre Francisco José Patrício (deputado pelo círculo do Porto — 1882/1884; orador e jornalista); o Conde de Samodães (Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, bacharel em Matemática, deputado, Par do Reino, Ministro da Fazenda, Presidente da Câmara Municipal, Governador Civil do Porto, Presidente da Sociedade do Palácio de Cristal); Bento de Sousa Carqueja (jornalista, proprietário de *O Commercio do Porto*, professor da Escola Normal); Augusto Luso da Silva (professor do Liceu Central do Porto, poeta, autor de manuais didácticos, membro da Sociedade de Instrução do Porto); Eduardo de Sequeira (sócio fundador da Sociedade de Instrução do Porto, organizador de numerosas exposições, sócio-correspondente da Academia Real das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa); Henrique Carlos de Meireles Kendall (negociante reconhecido nos

---

<sup>(7)</sup> Entre a vária documentação sobre o assunto, veja-se a Carta da Presidência do Conselho de Ministros dirigida ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, de 17 de Agosto de 1893, em que autoriza a emissão de estampilhas cujo produto reverteria a favor das despesas respeitantes aos festejos do Centenário; Carta enviada ao Presidente da Comissão do Centenário pela Presidência do Conselho de Ministros em 10 de Fevereiro de 1894, que dá ordem à Direcção Geral da Contabilidade Pública para que se disponibilize uma verba de quinze contos para os festejos (Arquivo Histórico Municipal do Porto, (A.H.M.P.) n.º inv. 2695).

meios administrativos e financeiros); Fernando Maia (capitão da arma de cavalaria e professor da Escola do Exército, articulista do *Jornal do Povo* e *A Província*, membro do partido progressista) <sup>(8)</sup>.

A cidade do Porto, berço do ilustre Infante, louvava-se como intérprete de um sentimento pátrio, revivificado agora pela consagração da figura paradigmática que levava Portugal “em demanda de novos mundos — aonde levou com a gloriosa bandeira das quinas o labor da civilização”. O monumento-memória a erguer ao Infante comemoraria, em festa nacional, a apoteose do herói que acalentara o sonho do império; como a estátua dos Jerónimos personaliza o herói e a época áurea das descobertas; como a estátua tumular do Mosteiro da Batalha immortaliza o herói que jaz no Panteão evocativo de glórias nacionais.

### *A Comemoração*

A alma nacional perdia-se no passado mítico e sem esperança. Escrevia-se em 1892, na *Revista Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, que “os doze últimos anos foram talvez aqueles em que o carácter nacional mais se deprimiu e desonrou” <sup>(9)</sup>.

Num período crítico da vida portuguesa, o centenário henriquino era um exemplo cívico e uma eloquente lição de patriotismo. O povo português, pela “recordação de factos grandiosos da nossa história”, recobriria o ânimo para reconquistar o lugar de direito entre as nações da Europa.

Nas cerimónias comemorativas, a comunidade é recordada da sua identidade, contando-a e representando-a. Isto é, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia colectiva não é apenas contada mas revivificada através de um culto encenado. A rememoração comemorativa pela palavra e pela imagem mantém o passado vivo através da descrição narrativa, mas preserva-o também através da sua reencenação e do seu regresso sob uma forma representacional.

---

<sup>(8)</sup> Firmino Pereira, *O Centenário do Infante D. Henrique. Livro comemorativo do centenario henriquino*, Porto, Magalhães e Moniz - Editores, s. d., p. 266 e *Diario Illustrado*, Porto, nº 7521, 3 Março 1894, pp. 1-2.

<sup>(9)</sup> Anónimo, *Revista Portugal*, IV, 1892, p. 252.

A propaganda e a vulgarização de uma campanha esclarecedora da figura do Infante, da sua acção como propulsor das descobertas, e do alcance social da comemoração não foram muito utilizadas. Essa forma de pregação cívica teria sido um meio profícuo de formação de uma opinião pública popular sobre o significado e o simbólico da glorificação do Infante.

Alimentar o patriotismo e elevar o nível moral das populações eram fortes razões para os impulsionadores das comemorações henriquinas. Razões políticas e a preocupação de ostentação no decoro urbano não foram de modo algum alheios ao acontecimento. A pedagogia cívica passou muitas vezes, como sabemos, pela exaltação dos grandes homens.

Esta prática teve no secretário da Comissão, Padre Francisco José Patrício, um dos raros promotores de uma série de conferências, em pontos diversos do país, em que descreveu a conjuntura da vida nacional e justificou a oportunidade da realização do centenário. Tiveram lugar em Lamego, em Moncorvo, em Viana do Castelo, em Valença do Minho, em Braga, nos meses de Setembro e Outubro de 1893.

A figura do infante não era muito conhecida nos meios mais populares. Camões era um caso nacional e o seu centenário, em 1880, despertara expansão de entusiasmo e júbilo. O próprio Marquês de Pombal também não era ignorado e as comemorações de 1882 demonstraram o impacto desta figura. Pese embora toda a conjuntura nacional e a dinâmica dos republicanos e da corrente anticlerical nesses movimentos comemoracionistas.

Era necessário falar e escrever sobre o Infante, divulgar a sua acção, particularizar o seu valor histórico. Nesta perspectiva, foi aberto um concurso para uma *Memoria* sobre a vida e feitos do Infante. Os trabalhos apresentados foram poucos. A apreciação coube a Manuel Pinheiro Chagas, Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Luciano Cordeiro que classificaram em primeiro lugar a obra *Suavitas*, de Alfredo Alves (premiada com 500\$00 réis) e em segundo lugar (premiada com 300\$00 réis) a memória intitulada *O Infante de Sagres*, da autoria de Fortunato de Almeida.

O ensino pela escola, a informação pela imprensa e a ilustração pela oratória deveriam ser completadas, porém, pela lição cívica do monumento.

A representação visual do ideal político não deixa de ser um instrumento de propaganda sensibilizadora cuja importância e impacto se explicam, também, como decorrentes da própria

necessidade de seduzir multidões pouco instruídas e pouco sensíveis à pura abstracção.

### *As imagens oficiais*

#### O monumento

O monumento é decidido, construído e inaugurado num momento particular pelo seu significado político, e o clima de polémica que pode suscitar divide opiniões, alimenta entusiasmos ou exacerba as críticas. A Câmara Municipal do Porto, a fim de celebrar a memória do Infante, pretendia erguer numa das suas praças o monumento comemorativo a inaugurar no dia 4 de Março de 1894. O financiamento, segundo a proposta camarária de 15 de Maio de 1893, seria coberto pelo produto da venda de uma emissão completa de estampilhas postais alusivas à vida e obra do homenageado. O remanescente da receita obtida seria aplicada nas festas projectadas para aquela ocasião. Discutida a proposta na Câmara dos Deputados na sessão de 12 de Julho de 1893, obteve um parecer favorável e unânime <sup>(10)</sup>. Porém, na Câmara dos Pares, na sessão de 15 de Julho, houve opiniões divergentes em nome da contenção das despesas do Estado: "Havendo já tantas homenagens à memória do Infante, e não tendo sido nunca essa memória desacatada ou desprezada, julgo desnecessária a realização do pensamento que teve a Câmara Municipal do Porto e voto contra o projecto, subordinando-se a um alto princípio de governação, qual é o de isentar os poderes públicos daquele labéu que diz que se esbanjam os rendimentos do Estado" <sup>(11)</sup>. O projecto do município portuense mereceu a sanção régia e o decreto de 27 de Julho de 1893 foi assinado por Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria <sup>(12)</sup>, como o edital seria publicitado em 24 de Agosto do mesmo ano.

O monumento é símbolo da memória colectiva. A imagética comemorativa tende a ser monumental. O monumento guinda à perenidade.

---

<sup>(10)</sup> *Diario da Camara dos Deputados*, sessão nº 72 de 12 de Julho 1893.

<sup>(11)</sup> Costa Lobo, *Diario da Camara dos Pares*, sessão nº 43, 15 Julho 1893.

<sup>(12)</sup> Leis de 27-7-1893 e de 9-11-1893, in *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1893 ou *Diario do Governo*, nº 169, 31 Julho 1893, p. 1994.

Aberto o concurso a artistas portugueses para a execução de um projecto de uma estátua em bronze do Infante D. Henrique, foram sete os estudos propostos: *Invicta*, do escultor Tomás Costa, em desenho; *1394-1894*, do arquitecto Ventura Terra, também em desenho; *Lusitânia*, do arquitecto Marques da Silva, em relevo; *Sagres*, dos escultores José Joaquim Teixeira Lopes e António Teixeira Lopes, em relevo; *Por mares nunca dantes navegados*, do escultor António Teixeira Lopes, em relevo; *Ad Gloriam*, do arquitecto Adães Bermudes, em desenho, e um projecto anónimo, *Utile Dulci*, também em desenho. Estes dois últimos projectos ficaram fora do concurso <sup>(13)</sup>.

A apreciação pelo júri nomeado pela Câmara Municipal integrava o Conde de Samodães, director da Academia de Belas Artes, Vitorino Teixeira Larangeira, professor da Academia Politécnica, João Marques de Oliveira, professor da Academia de Belas-Artes, João Carlos d'Almeida Machado, engenheiro, e Joel da Silva Pereira, arquitecto. Sob a presidência do Conde de Samodães, em reunião de 10 de Janeiro de 1894 foi classificado e premiado, em primeiro lugar, por maioria, o projecto apresentado pelo escultor Tomás Costa e intitulado *Invicta*. Em segundo lugar classificou-se o projecto do arquitecto Ventura Terra que tinha a divisa *1394-1894*.

Expostos na sala dos retratos da Câmara Municipal, moveu-se uma campanha de apreciação crítica aos trabalhos apresentados. Opiniões díspares, contestação ou aquiescência da decisão do júri permitiram uma circunstanciada discussão nas páginas da imprensa periódica. Escreve-se em *O Primeiro de Janeiro*: "O monumento não se destina a ser como um marco, ainda que grandioso mas frio, incaracterístico, a lembrar sem eloquência especial aos que passem um nome e uma glória. Esse monumento posto a toda a luz e a todo o ar de uma praça tem de sugerir ao espírito dos que circulam a inquietação bem particular do indivíduo comemorado, não fazer lembrar a figura vagamente sem linhas precisas mas reavivar no ânimo o conhecimento da personalidade celebrada, inflamar-nos a admissão dos seus feitos, constituir como que uma ressurreição e dar

---

<sup>(13)</sup> Vejam-se as cartas, memórias e actas das reuniões sobre o monumento no A.H.M.P., nº inv. 2695. A descrição circunstanciada dos projectos pode ler-se em *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, XVII volume, nºs. 544-545, 1894 e as gravuras podem ver-se no jornal *Pontos e Vírgulas*, Porto, nºs. 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 26, 1894. Cfr. *A Provincia*, Porto, nº 1, 2 Janeiro 1894, p.1.

ao vulto exibido não uma grandeza abstracta, uma majestade geral, mas a importância particular da personagem, a estátua aquecida por uma alma, o monumento todo vibrado por uma ideia" (14).

A polémica gera-se em centros de sociabilidade, empolga-se no domínio da imprensa e transparece nos depoimentos e nas entrevistas a individualidades académicas e do domínio da arte e da literatura. Guerra Junqueiro, que classifica o projecto escolhido "abaixo de medíocre", defende que "a sugestão para o monumento do Infante não deviam buscá-la a passear pelo estrangeiro. Era na Batalha, nos Jerónimos, em Fernão Lopes, em Azurara, em Barros, em Couto, em Rui de Pina e em Luís de Camões que os senhores encontrariam sangrando e vivendo, a velha alma portuguesa" (15).

O local onde deve ser erigido o monumento no âmbito municipal é uma escolha sempre importante. Prende-se com a ligação ideológica do espaço e do monumento e com o próprio significado histórico do local visado por indicação do edital camarário. Seria erguido na Praça Infante D. Henrique.

As imagens, a estatuária, a expressão gráfica, isto é, o discurso iconográfico e iconológico são suportes figurativos de uma cristalização do imaginário colectivo, da personalização de um herói ou de uma linguagem de vulgarização política que pressupõe uma real eficácia social. A análise da obra de arte é sempre complexa e específica e os determinismos da política vigente reflectem-se nela. O documento artístico é, pois, uma inestimável fonte de informação. Emblemas, símbolos e alegorias são, ou podem ser, imagens do poder instituído.

Assim, a tentativa de afirmação dos ideais e valores monárquicos num momento de crise da autoridade do poder e de cimentação da mundividência e ideologia republicanas aconteceu nas comemorações henriquinas.

### Os selos comemorativos

Dada a falta de material apropriado, a insuficiência do pessoal e a escassez de tempo não se responsabilizou a Casa da Moeda pela

---

(14) *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 3 Janeiro 1894, p. 2, col. 1.

(15) *Idem*, 25 Janeiro 1894, p. 1.

execução das novas estampilhas. O contrato foi firmado com a casa Ermil Suiger, de Leipzig. Competia ao director da Casa da Moeda, o conselheiro Augusto José da Cunha, promover e fiscalizar naquela cidade alemã o projecto da gravura e impressão. A ocasião proporcionava a aquisição de todo o equipamento necessário a futuras emissões pela Casa da Moeda "sem necessidade de recorrer à indústria estrangeira" (16).

Os selos comemorativos eram apenas vendidos nas capitais de distrito do continente e ilhas adjacentes durante os dias festivos de 3 e 4, apenas até à data de 13 de Março. Para cada taxa postal havia uma cor específica e a impressão de 30 000 exemplares. O desenho é da responsabilidade de Veloso Salgado e o seu tamanho era de 30,5 mm. de comprimento por 20,5 de largura. A colecção completa vendia-se a 4\$000 réis (17).

Os desenhos dos três selos centram-se sobre a figura do Infante, destacam as datas comemorativas de 1394, 1412 e 1894 e ilustram com alegorias e símbolos (proa da caravela, espada, globo, esfera, escudo, leão, elefante) a vocação marítima do Infante, o seu espírito de conquista de novas terras, desconhecidos mares e outros mundos que levaram Portugal à África e a outras regiões longínquas.

Emitia-se, em simultâneo, o bilhete postal do Centenário. Com uma taxa de 19 réis, a emissão totalizava 500 000 exemplares. Representa a figura do Infante D. Henrique com o escudo de armas, a coroa real e uma legenda em letra gótica. A obra foi executada pelo gravador Francisco Pastor.

### As medalhas

A medalha comemorativa foi gravada por Manuel Carvalho Figueira. No cimo, na orla um pouco saliente, a legenda *V Centenário do Inf. D. Henrique no Porto*. Na base, *1394-1894*. Representa o busto do Infante voltado sobre o lado esquerdo com o seu chapéu de abas largas e a fita pendente do ombro direito. O reverso apresenta uma figura feminina alegórica – a Sabedoria, representada por Minerva, que aponta para o mar cruzado por uma caravela. Mais duas figuras,

---

(16) Decreto de 9 de Novembro de 1893, *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1893, e A.H.M.P., nº inv. 2695.

(17) *Diario Illustrado*, Porto, nº 7504, 14 Fevereiro 1894, p. 3, col. 3.

uma de homem sentado à beira-mar, apoiado num leme e uma âncora, outra de mulher, que enverga roupas leves e desenrola um papel, completam a gravura. Sobre uma palma, em que se enrola um ramo de carvalho, e que adorna um dos lados, há um escudo no meio do qual se desenham as armas joaninas. Ao lado do escudo corre a divisa do Infante *Talent de bien faire* <sup>(18)</sup>. Outra medalha, gravada por José Arnaldo Nogueira Molarinho, reproduzida em ouro, prata e bronze, apresenta, no verso, a efígie do Infante e a sua divisa; no reverso, está circundada pela legenda *A cidade do Porto ao Infante D. Henrique 1394 Quingentenario 1894*. Duas palmas, em que se entrelaçam um ramo de louro e outro de carvalho. Ligam-se em baixo com um laço as armas da cidade do Porto, envolvidas pelo Colar da Torre e Espada de onde pende a respectiva insígnia, e são encimadas pela coroa ducal e pelo dragão que apresenta uma fita ao pescoço com a inscrição da palavra *Invicta*.

### A bandeira e o hino

Símbolo da unidade, a bandeira é o resultado de uma síntese ou de um compromisso. Emblema bem representativo porque é fácil de ver, de “ler” e de assimilar.

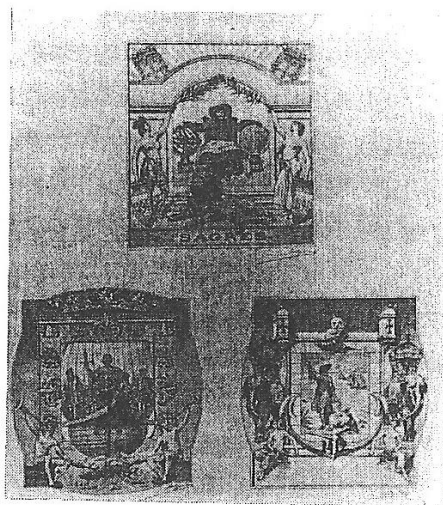
Confeccionada por Angelica Artayett, em seda branca, pintada a óleo, com a haste de prata encimada por uma esfera armilar de cuja base sai um laço, também em prata, apresenta a dedicatória da Estamparia do Bolhão. Sobre o lado esquerdo, um tronco em forma de I sustenta a meio duas outras iniciais D. H. para se ramificar em longa ramagem entrelaçada por uma fita gravada com a divisa *Talent de bien faire*. O escudo do Infante centra a esfera armilar e a Cruz de Cristo e é emoldurado por uma fita em que sobressaem as datas do nascimento do herói e da celebração do centenário. Cobriu esta bandeira a pedra fundamental do monumento ao Infante, a bordo da caravela, e figurou no cortejo cívico <sup>(19)</sup>.

---

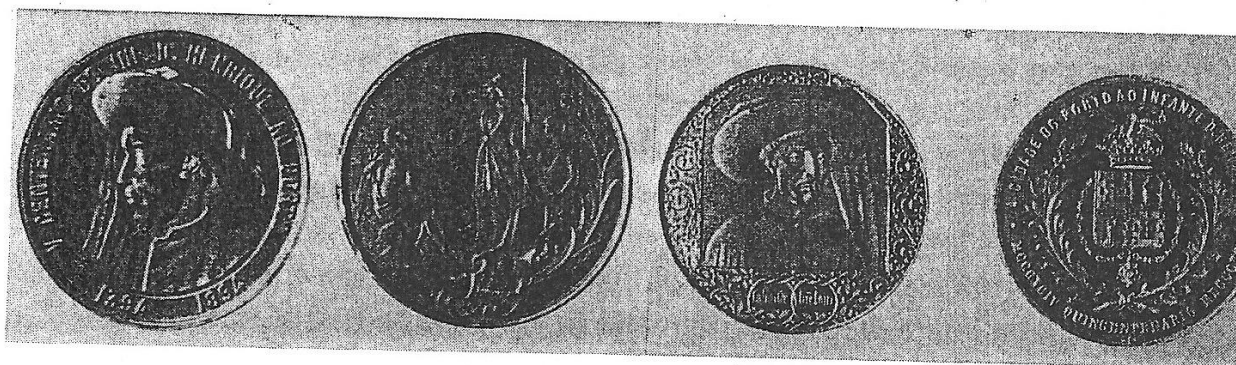
<sup>(18)</sup> Alexandre Ferreira Barros, “Medalhas portuenses”, *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal, vol. XIX, fasc. 1-2, Mar-Jun., 1956, pp. 227-230 e Arthur Lamas, *Medalhas Portuguesas e Estrangeiras referentes a Portugal*, vol. I, Lisboa, Tip. de Adolfo de Mendonça, 1916, pp. 345-348.

<sup>(19)</sup> *Jornal de Noticias*, Porto, nº 52, 2 Março 1894, p. 1 e Firmino Pereira, *ob. cit.*, pp. 238-240.

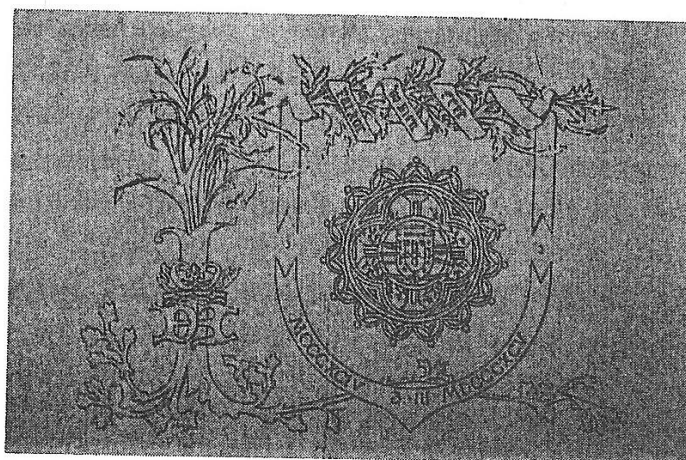




Os selos comemorativos



As medalhas comemorativas



A bandeira do Centenário

Nas décadas finisseculares, a crise de identidade nacional e o surto exaltado de patriotismo tiveram também na música um elemento catalizador do sentimento colectivo de decadência e de regeneração. Basta lembrar as composições musicais inspiradas nas comemorações camoneanas de 1880, no Ultimato, de que é exemplo *A Portuguesa* de Alfredo Keil e, mais tarde, *A Pátria*, de Viana da Mota (de 1894-95 e cuja primeira audição se realiza no Porto, em 1897) <sup>(20)</sup>. Regista-se, portanto, um fenómeno de nacionalismo no campo musical que vem na esteira da voga manifestada na Europa, mas que é também reveladora do próprio contexto sociocultural português.

Cada povo tem o seu livro-memória. Este pode ser simbolizado pelo hino. Nele, o momento-memória tem o seu registo nas palavras e na música. Compôs-se o *Hino do Centenário do Infante D. Henrique* com poesia de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil, autores do hino nacional *A Portuguesa*.

“Salvé! tu, Lavrador do infinito  
Que rasgando oceanos profundos  
Da ciência c’o germen bendito  
Levantaste a seara dos mundos

.....  
Bendiz tua memória  
A pátria ocidental  
E solta a voz da História  
Hosanna triunfal  
Glória! Glória! a Portugal”.

Emblemas, símbolos e alegorias do centenário henriquino, sinais visíveis de manifesto reconhecimento <sup>(21)</sup>, meios publicitários que

---

<sup>(20)</sup> “Página de um elevado simbolismo, uma síntese luminosa e profundamente sugestiva de um momento histórico determinado, o momento de crise em que a prática parece soçobrar, fá-la ressurgir de novo para uma vida gloriosa, num rejuvenescimento de alma nacional”, (António Arroio, “Perfis artísticos (J. Viana da Mota)”, in *Vianna da Motta. In Memoriam*, Lisboa, s. e. [1952], p. 185).

<sup>(21)</sup> Testemunho exuberante de preito ao “glorioso infante” é manifestado pelo miniaturista portuense, Alfredo Marçal Brandão, que pintou com gosto artístico seis rosas em cujas pétalas gravou o retrato, as armas e a legenda do Infante, a data comemorativa, a conquista de Ceuta, o hino, versos de Os

podem, como todas as representações emblemáticas, capitalizar, iludir e provocar tensões internas de uma sociedade. Isto é, podem servir a consciência nacional como podem servir a exploração do sentimento nacionalista.

### *A imagem nas festas*

A comemoração tem o seu apogeu na simbiose do ritual e do festivo. É o momento em que o termo celebração ganha todo o seu sentido. Momento de evocação e apoteose da figura do Infante, o centenário é também festa de reconhecimento do regime. O programa das festas oficiais inaugura-se em 1 de Março de 1894 com a chegada da família real de D. Carlos I e da Rainha D. Amélia. “Por todos os motivos — escreve *O Commercio do Porto* — a presença da família real, no Porto, nesta ocasião solene, tem uma alta significação, que oxalá desabroche em benefícios para a nossa pátria tão ufana hoje do seu passado glorioso e tão simpaticamente saudada de todos os pontos do globo” (22).

Acompanham-na homens do governo, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (Presidente do Conselho de Ministros), João Ferreira Franco Castelo Branco (Ministro do Reino), Carlos Lobo d’Ávila, (Ministro das Obras Públicas) e João António de Brissac das Neves Ferreira (Ministro da Marinha e Ultramar).

A saudação na gare de Campanhã foi dirigida pelo presidente da municipalidade depois de ser ouvido o hino da Carta. Na recepção que ocorreu no paço das Carrancas, no dia 2 de Março, estavam já presentes oficiais ingleses do barco *Bellona* que participavam nos festejos. Nas alocações proferidas reiterou-se o espírito nacional da festa, a demonstração de patriotismo e a fidelidade à monarquia: “(...) a vinda de VV. MM. ao Porto nesta ocasião reveste ainda um cunho da mais alta significação e apreço, pois que se propõem associar o trono às aspirações populares na brilhante comemoração de um dos mais ilustres e dignos filhos da nossa pátria (...)” (João Henriques Andresen, presidente da Associação Comercial).

O ponto culminante das comemorações de 1894, no Porto, atinge-se, porém, com o desfile do cortejo cívico.

---

*Lusíadas* e alusivos ao Infante D. Henrique compondo, assim, a *Flora do Centenario* (Porto, Imp. Civilização, 1894).

(22) *O Commercio do Porto*, Porto, 2 Março 1894, p. 1.

## O cortejo cívico

Com um tempo soberbo, organizou-se o cortejo cívico que desfilou entre a multidão curiosa que contemplou o espectáculo surpreendente. Janelas, terraços e beirais enfeitados encheram-se de verdadeiros cachos humanos.

O desfile abria com quatro arautos rigorosamente vestidos à época, montados sobre cavalos ricamente ajaezados. Junto do estandarte do município do Porto seguiam os seus representantes e os responsáveis da Comissão do Centenário. Com ela, o maestro Alfredo Keil. De imediato, acompanhavam-nos os representantes do município de Lisboa e os de muitos outros municípios do país que empunhavam as respectivas bandeiras. Seguia-se então o préstito de doze carros alegóricos. O Carro Triunfal da Cidade do Porto — atrás, o Governador Civil e individualidades da cidade, a representação do clero, os militares, professores da Universidade de Coimbra, membros de múltiplas associações científicas e muitos representantes de profissões liberais. O Carro da Agricultura, Carro do Comércio, Carro do Atheneu Comercial, Carro da Indústria, Carro da Exposição Insular e Colonial, Carro dos Bombeiros Voluntários, Carro do Ginásio Lauret, Carro das Belas-Artes, Carro da Sociedade Alexandre Herculano, Carro de Navegação do Século XIV, Carro dos Empregados do Telégrafo, todos eles intercalados com membros de instituições diversas, operários, bandas de música e estudantes. Fechava o desfile o Corpo de Salvação Pública.

O cortejo cívico percorreu o itinerário previsto pela rua do Anjo, Clérigos, Praça de D. Pedro, ruas Sá da Bandeira, Formosa, Santa Catarina, Santo António, Largo da Feira de São Bento, rua das Flores, Largo de S. Domingos, rua Ferreira Borges até à rua Alfândega Velha. Junto da casa onde se diz que teria nascido o Infante, o rei D. Carlos descerrou a lápide comemorativa. Cerimónia assinalada por girândolas de foguetes e pela música do hino nacional. O percurso do cortejo seguiu pelas ruas Infante D. Henrique, S. João, Mouzinho da Silveira, D. Maria, Largo dos Lóios, rua do Almada até à Praça da Regeneração.

As janelas encheram-se de colgaduras e as ruas apinharam-se de gente que presenciou mais do que aclamou ou viveu o acontecimento. "O Porto foi cortês sem ser cortesão, foi hospitaleiro sem ser palaciano. Não podia exaltar-se em saudações entusiastas porque não abdica das suas convicções, não esquece os seus agravos

nem renuncia aos seus ideais" (23). De facto, apesar das muitas centenas de pessoas que incorporaram o cortejo cívico, os que o presenciaram não tiveram uma reacção calorosa. Não houve propriamente uma consagração popular nos festejos henriquinos.

Aproximou-se o desfile comemorativo que contorna o obelisco central da praça onde se encontrava a família real. É executado o Hino do Infante, sob a regência de António Canedo e entoado por oitocentas crianças das escolas e dos coros dos teatros do Porto. Momento de aplauso entusiástico, momento de apoteose no espaço-memória — a Praça da Regeneração (Campo de Stº Ovídio), praça onde os liberais em 24 de Agosto de 1820 proclamaram a Liberdade e a "salvação da pátria" (24).

As ruas primavam pelas ornamentações e a iluminação eléctrica ou a gás produzia um efeito feérico. Formaram-se comissões de moradores em quase todas as ruas do trajecto do cortejo que se empenharam nas decorações. Bandeiras, mastros, escudos, a cruz da Ordem de Cristo, esferas, caravelas emolduravam arcos, colunas, pedestais. A divisa do Infante, *Talent de bien faire*, datas e inscrições alusivas à sua vida e obra sobressaíam entre medalhões com o seu busto, flores, coroas de louros e toda uma profusão de símbolos, que as ruas rivalizavam em ostentar, misturavam-se nas vistosas decorações festivas. A cor, a alegoria, o símbolo e a música que as filarmónicas tocavam nas ruas ou nos coretos criam a ambiência de festa que se queria festa nacional (25).

A emergência de toda uma simbologia nacionalista revela essa tendência natural de um regime no poder e, porque é poder, assume e exalta o interesse nacional. A identidade nacional é, nesta perspectiva, uma verdadeira missão ideológica exercida pelo poder da imagem, da encenação e do espectáculo.

Os estudantes de Salamanca com alguns elementos das escolas

---

(23) *A Voz Publica*, Porto, 4 Março 1894 e nº 1195, 6 Março 1894, p. 1, col. 1 e 4 Março 1894, p. 1, *Jornal de Noticias*, Porto, nº 52, 2 Março 1894, p. 1; *O Commercio do Porto*, 21 Fevereiro 1894 e 4 Março 1894, p. 1; *O Velocipedista*, Porto, nº 25, 1 Março 1894; *O Seculo*, Lisboa, nº 4349, 4 Março 1894 e *Gazeta dos Proprietarios*, Porto, 3 Março 1894, entre outros jornais que publicaram números comemorativos do centenário.

(24) Regressou ao seu primeiro nome, Campo de Stº Ovídio, em 1823 e, a partir de 1910, designou-se por Praça da República.

(25) *O Occidente*, cit., nº 550, 1 Abril 1894, p. 85.

do Porto e de Coimbra animavam o cortejo <sup>(26)</sup>. Desagradas com a representação estudantil nas festas do centenário, as Academias do Porto e de Coimbra reagiram e assumiram uma atitude contra o centenário. Organizaram-se, com o apoio dos estudantes do Liceu de Leiria, em romagem ao lugar-memória — o Mosteiro da Batalha <sup>(27)</sup>. O comboio académico, ornamentado com bandeiras e folhas de palmeira que adornavam o retrato do Infante, seguiu até Leiria. O cortejo pedestre percorreu a distância até ao túmulo do Infante. Erguem-se estandartes académicos e ouve-se o hino *A Portuguesa*. Frente ao monumento tumular, coberto de camélias, depõe-se uma coroa de bronze esculpida por Teixeira Lopes com a legenda “dos estudantes portugueses ao Infante D. Henrique — Março de 1894 — Porto”. Pronunciam-se as alocações dos representantes das várias Faculdades. Evoca-se a glória do passado e lembra-se a crise do presente. O jantar de confraternização em Leiria reuniu cerca de quatro centenas de estudantes que entoaram vivas à Pátria, à Liberdade de Imprensa e ao Exército. Estes, que em manifesto divulgado “se ergueram num clamor vibrante de protesto contra o mercantilismo da apoteose”.

Esvaidos os últimos ecos da festa, que não fora de unidade mas de cisão, ficaria só o “silêncio fúnebre de uma nacionalidade que, debruçada para a cova da história, se contorce no último paroxismo da vida” <sup>(28)</sup>.

### O cortejo fluvial

Se a cidade se coloriu e alindou para festejar o Infante e rememorar o ciclo da expansão e o gérmen do Império, também o rio Douro foi centro das atenções dos organizadores do centenário. “Efeito mágico” o do desfile dos vapores embandeirados (*Veloz, Liberal, Galgo, Tritão, Águia, Lince, Tito e Flávio, Leão, Hercules e Ligeiro*) que escoltavam a caravela quinhentista, expressamente construída, que transportava a primeira pedra, vinda de Sagres, para o monumento henriquino. O cortejo fluvial seguiu da Foz até à Ribeira, onde o

---

<sup>(26)</sup> *Districto de Coimbra*, Coimbra, nº 23, 27 Fevereiro 1894, p. 3, cols. 3-4.

<sup>(27)</sup> *O Occidente*, nº 551, 11 Abril 1894, p. 93 e *Pontos e Vírgulas*, nº 23, 18 Março 1894; *Charivari*, Porto, 3 Março 1894, p. 361, 10 Março 1894, pp. 372-376, 19 Março 1894, pp. 380-381.

<sup>(28)</sup> Firmino Pereira, *ob. cit.*, p. 261.

esperava apinhada multidão. Tocou-se uma vez mais o hino do Infante. Em cortejo organizado com os membros da Câmara Municipal, os responsáveis do centenário, membros da imprensa, sócios do Club Fluvial, entre outros, foi conduzida a pedra fundamental para a Praça Infante D. Henrique. O Cardeal-Bispo do Porto, D. Américo, “lançou a benção e o rei colocou a primeira colher de cal” na “pedra mandada extrair pela Câmara de Vila Boa do Bispo, do histórico promontório de Sagres, em 25 de Setembro de 1893” (29).

As comemorações ocorreram também em vários pontos do país. Em Lagos, a Câmara Municipal mandou celebrar um *Te Deum* na igreja matriz. Angra do Heroísmo abrilhantou as festas com um cortejo cívico e a realização de um sarau. Em Lisboa, navios de guerra embandeirados assinalaram o dia festivo de 4 de Março. Houve iluminações nos edifícios públicos. Os estudantes manifestaram o seu protesto pela representação académica no cortejo cívico do Porto e reforçaram a posição da Academia de Coimbra.

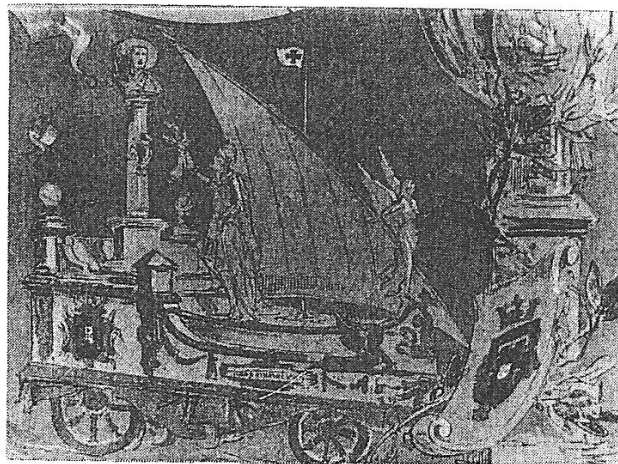
A simbologia cromática acentua as cores da realeza. Ressalta o azul e branco da monarquia entre os dourados. Os múltiplos detalhes ornamentais, que testemunham a actualidade no presente, do passado — escudos, esferas armilares, cordas, cruz da Ordem de Cristo e emblemas da ordem militar, naus, caravelas, mastros, lemes e âncoras — evocam a arte emblemática do manuelino.

As alegorias, muitas delas representadas por figuras femininas, embelezam os carros que desfilam no cortejo cívico, os objectos comemorativos ou compõem os conjuntos escultóricos dos projectos do monumento. Personificam o saber — a Ciência, a Filosofia, a Geografia, a Matemática, a Astronomia; visualizam as virtudes — a Glória, a Fama, a Religião; immortalizam os feitos — a Conquista — a África, a Descoberta — a Índia; exaltam o progresso — a Agricultura, o Comércio, a Indústria, a Electricidade; evocam o passado glorioso do império colonial (30). Alegorias móveis, alegorias vivas e um vasto

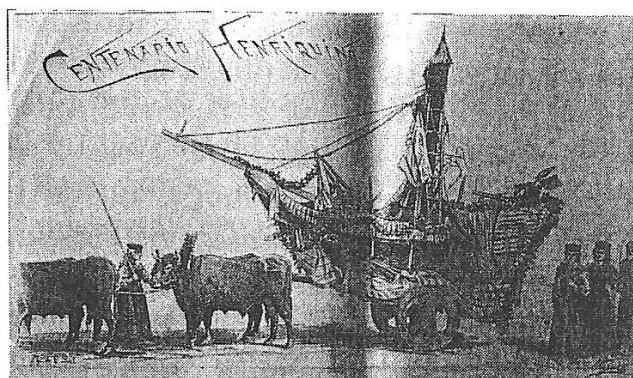
---

(29) *A Província*, Porto, nº 7518, 28 Fevereiro 1894, p. 3, col. 1.; *O Occidente*, cit., nº 551, 11 Abril 1894, p. 92 e *A Voz Publica*, nº 1195, 6 Março 1894, p. 1.

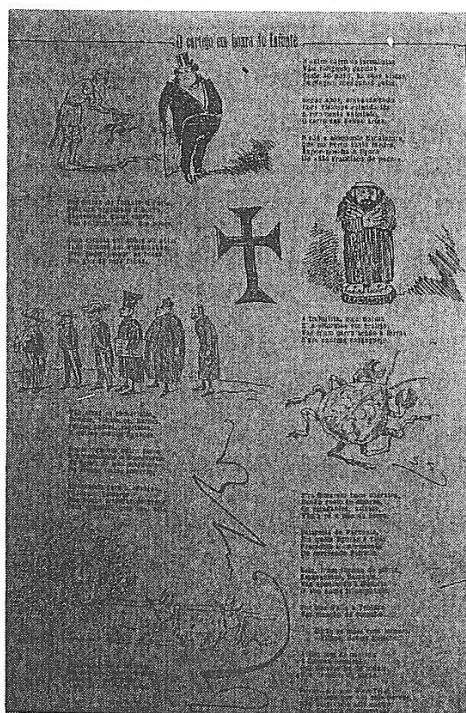
(30) *O Occidente*, nº 544, 1 Fevereiro 1894, pp. 26-27 e nº 546, 21 Fevereiro 1894, pp. 46-47.



O cortejo cívico — o carro alegórico da cidade do Porto



O carro da Agricultura



A imagem satírica



campo de símbolos a que se agrega uma profusa e diversificada iconografia da efígie do Infante D. Henrique, das armas e brasões reais, da casa onde teria nascido, das crónicas, das divisas, dos feitos realizados, do túmulo.

Iconografia e iconologia que exprimem a imagética política do regime monárquico, o qual procura recobrar forças no confronto com a luta irreversível do republicanismo e a já irreversível desagregação do império.

### *A imagem na palavra*

#### A memória do Infante na imprensa

Os jornais divulgam os trabalhos preparatórios das festas henriquinas, fazem campanha ou não se escusam a críticas sobre a estética do monumento ou os evitáveis gastos com comemorações sumptuárias. Lê-se, por exemplo, no *Diário Illustrado*: “Os festejos do Porto tendo por fim a comemoração do ínclito Infante, vulto ingente da história pátria, foi igualmente um impulso evidente de sentimento monárquico do nobre povo português; prova clara, manifesta, positiva, de que não afrouxaram e que antes pelo contrário mais vivo está esse sentimento em todo o país (...). Gratas serão as recordações dos augustos monarcas” (31).

Para uns, as festas do centenário assumiram um ponto alto no processo de afirmação do poder do município. A iniciativa e a organização couberam à Câmara Municipal como ao seu apelo respondeu um número considerável de municípios que integraram o cortejo cívico. “A grande força do país - escreve *A Voz do Povo* — está no município, a sua primeira sociedade jurídica, a sua instituição mais popular e o mais poderoso factor da nossa renascença (...) Outras vezes unidas as municipalidades podem levantar o abatido espírito público e conseguir que as festas do centenário sejam seguidas de uma activa e arrojada acção colonial” (32). Para outros, não ficará uma memória gloriosa mas subsistirá a imagem decadentista do país: “Há no tesouro o mesmo vácuo, no crédito o mesmo descrédito, nas

---

(31) *Diário Illustrado*, Porto, nº 7526, 8 Março 1894, p. 3, col. 1.

(32) *A Voz do Povo*, Porto, 3 Março 1894, p. 1, col. 1.

finanças o mesmo descabro, na economia a mesma ruína, em matéria de liberdades públicas o mesmo afrontoso despotismo (...) é preciso reagir em nome dos mais sagrados interesses da pátria (...) Contribuirá o centenário para um tal desideratum?" (33).

Multiplicam-se as notícias e sublinham-se as adesões estrangeiras com a aproximação da data festiva. Lêem-se nos jornais as saudações das sociedades geográficas (de Manchester, Hamburgo, Roma, Bruxelas, Paris, Bordéus, Genebra, Marselha, Madrid, Amesterdão, entre outras) (34), das associações culturais estrangeiras (da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, do Gabinete Português de Pernambuco e da Baía, para além de várias outras instituições) e das múltiplas sociedades científicas, culturais e desportivas nacionais que assinalam a efeméride.

Os jornais recenseiam as iniciativas locais, que não são apanágio apenas dos grandes centros urbanos, e relatam os gestos mais espectaculares como os pareceres e textos oficiais, as conferências públicas, a difusão de opúsculos, folhetos, poesias, peças e representações teatrais, músicas e espectáculos.

A polémica gera-se, sobretudo, no domínio da imprensa. É todo um confronto de ideologias e choque de paixões que emerge da pena de escritores e de jornalistas.

### A imagem para rir e para ver

O desenho impresso não se fica pelo louvor ou pela exaltação. Pode ridicularizar e é, então, uma arma manipulada numa guerra ideológica. A própria linguagem laudatória e o elogio usam também a imagem caricatural com fins educativos e pedagógicos. Ensina com a imagem, pelo riso. A caricatura e até mesmo o anúncio são bons meios de aprendizagem. O jornalista, o caricaturista ou o desenhador podem traçar a imagem de modo a provocar simpatia, acrimónia ou, tão-só, satirizar. A fisionomia delineada, os objectos, as alegorias e os símbolos desenhados, a ilustração com curtas legendas ou simples vocábulos tornam a personagem amada ou detestada.

A história anedótica ou pitoresca das comemorações

---

(33) *A Voz Publica*, Porto, nº 1194, 7 Março 1894, p. 1, col. 1.

(34) Havia, em 1894, 111 sociedades geográficas, 30 eram francesas e contavam-se, no total, 18 700 sócios.

henriquinas faz a leitura irónica do cortejo cívico, satiriza a situação política, critica o oportunismo dos comerciantes, anuncia os "souvenirs" comemorativos e, enfim, dá-nos sugestivamente os vários rostos do Infante. Visa as cerimónias solenes e contrapõe as cerimónias anti-solenes. Na palavra e no traço não revela menos as contradições ideológicas<sup>(35)</sup>.

Anima-se a cidade. Ocasão propícia para a indústria e momento alto para o comércio. O anúncio nas páginas da imprensa publicita uma gama diversificada de ofertas ao público. Hotéis, estalagens e casas particulares oferecem as melhores condições para atrair a clientela: "Próximo ao campo da Regeneração — informa o *Jornal de Notícias* de 11 de Fevereiro — há uma família decente que aluga a uma família respeitável uma sala grande com dois quartos, tendo duas camas de ferro, sendo uma com dois colchões e competentes roupas" (36).

Esgotam-se os lugares das janelas, varandas e terraços para assistir às festividades, pois até se "alugam bons lugares numerados para três dias de festa no lado ocidental da Praça da Regeneração, um dos melhores locais". Aumentam as ofertas dos transportes a preços atractivos: "há dois landaus, oito coupés, duas vitórias e três char-à-banc, alugam-se por preços cómodos durante as festas do centenário" (37).

Os adornos, os enfeites ou meras recordações noticiam-se em anúncios sugestivos. O lenço do centenário, estampado pela Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, decalcava o desenho da bandeira do centenário que se vendia a 200 réis. Alfinetes comemorativos para senhora e para homem podiam comprar-se na Ourivesaria Reis. Os broches e alfinetes para gravata, em prata dourada e com a efígie do Infante, podiam adquirir-se nos grandes Armazéns Hermínios onde se expunham ainda, em exclusivo, as bengalas e os guarda-chuvas com a gravura do homenageado em relevo. A Real Chapelaria Vapor satisfiz a encomenda do rei D. Carlos de um chapéu henriquino e no Bazar Central expunham-se pratos de fantasia com o retrato do Infante.

---

(35) Vejam-se, por exemplo, os jornais satíricos *O Antonio Maria*, Lisboa, Março 1894, que pelo traço de Rafael Bordalo Pinheiro ironiza com os festejos do Porto; o *Charivari*, Porto, Março 1894; *O Sorvete*, Porto, Março 1894.

(36) *Jornal de Notícias*, Porto, nº 36, 11 Fevereiro 1894, p. 3, col. 3.

(37) *Idem*, nº 46, 23 Fevereiro 1894, p. 3, col. 4.



O acto comemorativo invade o próprio quotidiano do portuense ou do forasteiro — lavar-se com sabonetes “henriquinos”, cujo invólucro litografado representava a bandeira do centenário, ou saborear as deliciosas “bolachas Infante D. Henrique” em “Caixas próprias para brindes”, postas à venda pela Confeitaria Portuguesa, deveriam ser hábitos a adquirir. Vários eram os tipos de bolachas da fábrica Pampulha de Lisboa: com o retrato do Infante, um medalhão e a legenda “Infante D. Henrique, o Navegador”; com a coroa ducal enlaçada em ramos de azinheira e com a divisa *Talent de bien faire*; com um astrolábio e as cartas; com as armas da cidade do Porto e a data de 4 de Março de 1394; com o brasão de Sagres e data da morte — 13 de Novembro de 1460; com os nomes dos primeiros navegadores Zarco, Perestrelo, Tristão Vaz e Eanes; com os títulos das obras de Zurara — *Crónica da Guiné* e *Tomada de Ceuta*; com a legenda “A cidade do Porto em 4 de Março de 1894 — centenário D. Henrique” e ainda um outro tipo com a inscrição “A fábrica da Pampulha em homenagem ao Porto 4-3-94”. A propósito, lê-se no *Diario Illustrado* de 21 de Março: “Se o Infante D. Henrique ainda vivesse, não deixaria de provar as deliciosas e legítimas cavacas das Caldas que só se vendem no Armazém Caldense da rua da Bandeira, 104”<sup>(38)</sup>.

Estes e outros anúncios, como muitas caricaturas, divulgavam a um grande público imagens e rostos fora do comum com detalhes risíveis do Infante. Por um lado, com intuitos mercantis, por outro lado, para ensinar e, em muitos casos, com um agudo sentido crítico, para divulgar uma mensagem.

#### O discurso laico — comemoracionismo e anticomemoracionismo

O discurso, lição de eloquência em alguns momentos das festas henriquinas, expressou um sentido mais ou menos político e posições ideológico-partidárias mais ou menos explícitas, divergentes e antagónicas.

Solenidade, júbilo, preito e homenagem, a comemoração henriquina foi também momento de reflexão.

---

<sup>(38)</sup> *Diario Illustrado*, Porto, nº 7522, 21 Março 1894, p. 1, col. 6. Em carta de 24 de Fevereiro de 1894, Elísio Pereira do Vale, de um armazém de chá, comunica à Comissão Executiva do Centenário o envio de 12 latas de “Bolachas D. Henrique”, comemorativas do centenário (A.H.M.P., nº inv. 2695).

Foi na capital nortenha que Oliveira Martins fixou residência em 1874, regressado de Córdova. Militara no movimento socialista, distanciara-se das teses republicanas e iria resvalar para o campo monárquico em fins de 1884. A defesa de um *socialismo catedrático* e a necessidade de renovação programática que visava insuflar no movimento de regeneração nacional, isto é, a propugnação de uma "Vida Nova" fê-lo militar no Partido Progressista no sentido de contrapor ao demo-republicanismo e às doutrinas federalistas da época o modelo inspirado na filosofia e cultura germânicas. Era defensor, todavia, da negociação com a Inglaterra com a finalidade de salvaguardar os domínios coloniais portugueses. Os problemas vividos no plano nacional e a situação internacional, que se alterava com a questão colonial e subsequente partilha do mundo, fizeram reflectir alguns intelectuais. Entre eles, Oliveira Martins, que busca a solução transformadora não fora nem contra a monarquia mas com o próprio regime monárquico. Foi a falência dos seus intuitos reformadores que levou Martins a abandonar a militância partidária.

Quando passou a residir em Lisboa, a partir de 1888, Oliveira Martins formou com outros intelectuais o grupo "Vencidos da Vida", muitos deles próximos do reino D. Carlos e prosélitos do fortalecimento do poder régio. Integrou o governo progressista como Ministro da Fazenda de 17 de Janeiro de 1892 a 27 de Maio do mesmo ano. Manteve, porém, a sua proximidade em relação ao rei D. Carlos, que subira ao trono em finais de 1889, como continuou a alimentar ainda as suas teses de "engrandecimento do poder régio". Oliveira Martins avançara, a partir de 1889, com uma estratégia política, embora transitória, com uma missão salvadora da pátria: o cesarismo, alicerçado no princípio *de que o rei reina e tem de governar*.

E nos últimos anos de vida, com o impacto do Ultimato, quando se procura reagir ao trauma da impotência de reivindicação do passado, Oliveira Martins era tido ainda como "capaz de guiar politicamente o alevantamento nacional e Antero seria o complemento ético dessa epopeia" <sup>(39)</sup>.

É da pena de Joaquim Pedro Aires de Oliveira Martins, a poucos meses da morte que o vitima em 24 de Agosto de 1894, o texto da conferência inaugural das festas do Centenário, que não chegou a ser

---

<sup>(39)</sup> Fernando Catroga, *O problema político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins*, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 3, Coimbra, 1981, pp. 428-457.

lido na solenidade realizada no Palácio de Cristal. O autor da obra *Os filhos de D. João I* (1891) associava-se à apoteose ao Infante pelo carácter percursor do seu heroísmo pois, como afirma, “se um Henrique foi o fundador desta nação, outro Henrique vem, três séculos depois, abrir-lhe as portas da imortalidade” (40).

Comunga da teoria de Augusto Comte sobre o culto dos grandes homens e, nesta perspectiva, Oliveira Martins define a comemoração henriquina como uma questão moral. Por outras palavras, o Infante, “frade das ciências”, com uma “fé de espécie nova”, é um fiel exemplo do monaquismo secular. Homem quase já divinizado pelo seu próprio cronista: “Oh tu príncipe, pouco menos que divino” (41).

Do grupo dos “Vencidos da Vida” avulta Ramalho Ortigão que, como os demais, (António Cândido, Carlos Lobo d’Ávila, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Conde de Sabugosa, Carlos Mayer Garção, Conde de Arnos e Marquês de Soveral) tentaria uma nova alternativa aos projectos inviabilizados que comungara do demoliberalismo e da doutrina republicana positivista. De regresso da sua peregrinação pela Europa, nos fins da década de 80, Ramalho Ortigão é seduzido pelas doutrinas do cesarismo martiniano e afasta-se das doutrinas republicanas, comungando da fidelidade à monarquia, ao fortalecimento do poder régio, à figura do rei D. Carlos.

Anuindo aos festejos do centenário henriquino, corporiza na figura do Infante uma imagem universalizante. O herói individual realiza, a seu ver, uma ideia colectiva. São as suas qualidades humanas — porque é forte e bravo, pela sua coragem como soldado da Guiné e pelo seu desafio de morte a Maomé II — que consagraram o Infante como representante da valentia da nossa raça, segundo opina Ramalho Ortigão. Mas também porque é a expressão do predomínio da ocidentalidade europeia no destino do mundo.

A valorização de uma figura ou de um acontecimento, intérpretes de um passado colectivo de uma nação que se assume como raça superior, desencadeia sentimentos de exaltação patriótica. É curioso salientar que em Ramalho Ortigão, como em outros autores e jornalistas, está presente esta convicção da superioridade da

---

(40) *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 26ª série, nº 10, Outubro, 1908, pp. 313-316.

(41) *Jornal de Noticias*, Porto, nº 53, 3 Março 1894, p. 1.

civilização ocidental e até o papel primordial da península que, pela gesta dos descobrimentos, impusera a sua superioridade aos outros povos, a que cabia dar civilização. A exaltação das virtudes de uma raça superior e a mitificação do herói, seu representante, identificam muitas vezes Nação e Raça <sup>(42)</sup>.

A imagética universalizante, a afectividade pela gesta dos descobrimentos e a nostalgia do mar buscam o consenso nacional em torno da ideia de império.

Esse olhar distante, para além do mar, é gravado, por exemplo, na poesia de D. João da Câmara:

“N’um extasis de santo, a mão sombreando os olhos  
A vista ao largo, enquanto o mar bate os escolhos  
Consulta o mar azul  
E vê surgir um templo em vasto promontório  
Que tem como remate erguido no Zimbório  
O Cruzeiro do Sul” <sup>(43)</sup>.

O mito do Império, a exaltação da pátria e o ideal universalista português são enaltecidos, ainda, pelo orador Manuel Pinheiro Chagas, político e homem de letras. Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, para além de uma actividade literária muito diversificada, teve também uma intensa vida política e foi relevante a sua acção como Ministro da Marinha e Ultramar no governo regenerador de 1883 a 1886. Coube-lhe o papel de dinamizador do desenvolvimento das colónias de Angola, de Moçambique e de outras zonas do império português e o de coordenador das expedições africanas, animado por um projecto irrealista de formação de um Império Central Africano, que cobriria os territórios do Atlântico ao Índico. Proferiu, durante as comemorações, um discurso na Associação Comercial do Porto: “Podíamos ter sido — acentua — uma província tranquila e humilde (...) se o glorioso infante não tivesse sonhado para nós a conquista do mundo e as glórias da imortalidade (...) sentimos que apesar de tanto desmoronamento e de tanta ruína, ainda para o sonhador infante se ergue com enlevo o coro das nossas almas (...)

---

<sup>(42)</sup> *Correspondência de Coimbra*, nº 12, 16 Fevereiro 1894 e nº 22, 21 Março 1894.

<sup>(43)</sup> *Jornal de Noticias*, nº 53, 3 Março, 1894, p. 1.



Ainda preferimos o domínio do Oceano com os seus naufrágios e a glória da expansão nacional (...) ainda reconhecemos como bandeira pela qual quereríamos morrer, a bandeira de D. João I e a bandeira do infante D. Henrique (...) a que hoje a invicta cidade ergue e desfralda na festa da apoteose porque foi ela deveras, como da bandeira tricolor disse Lamartine, que deu a volta ao mundo com o nome, a glória e a liberdade pátria" (44).

Júbilo de uns, perplexão e crítica de outros. Muitas foram, também, as vozes discordantes.

Se os estudantes da Academia de Coimbra reagiram à ausência de um convite formal pela Comissão do Centenário, não deixaram de honrar a memória do Infante D. Henrique e a sua acção relativamente à Universidade. As comemorações mereciam-lhes o seu protesto veemente sobretudo pelos intentos políticos que envolviam e que não dignificavam a pátria, que agonizava aos "golpes dos déspotas" (45). A representação institucional foi confirmada e os lentes das cinco Faculdades estiveram presentes no cortejo cívico (Teologia — Bernardo Madureira e Porfírio Silva; Direito — Nunes Geraldês e Avelino Calisto; Medicina — Costa Alemão e Basílio da Costa Freire; Matemática — Gonçalo Almeida Garrett e Costa Loba; Filosofia — Manuel Paulino e Teixeira Bastos).

A resistência às festas henriquinas ressalta nas páginas do jornal de Coimbra, *O Defensor do Povo*, pela pena de Emídio Garcia, que desvirtua o seu cunho de espontaneidade e de patriotismo. As despesas financeiras que envolviam os festejos agudizavam a já grave situação financeira do país para a qual o governo dos regeneradores não tinha resposta cabal (46). Subjaz às suas críticas uma análise negativa do poder vigente de que comunga igualmente o republicano António José de Almeida. Director do jornal *O Raio*, manifesta uma posição aguerrida aos ministros do executivo regenerador (Ernesto Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda; João Ferreira Pinto Castelo Branco, Ministro do Reino; António de Azevedo Castelo Branco, Ministro dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça; Luís Augusto Pimentel Pinto, Ministro da Guerra; João António de Brissac das Neves Ferreira, Ministro da Marinha e Ultramar; Frederico de

(44) *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 4 Março 1894, p. 2.

(45) *A Ordem*, Coimbra, nº 1942, 6 Março 1894, p. 3.

(46) *O Defensor do Povo. Jornal Republicano*, Coimbra, nº 167, 22 Fevereiro 1894, p. 2, col. 1 e nº 172, 13 Março 1894, p. 1, col. 3-4.

Gusmão Correia de Arouca, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Carlos Lobo d'Ávila, Ministro das Obras Públicas).

Para os republicanos era "risível e lúgubre" a vida nacional. E a uma pátria pobre e mártir não valeria muito o espectáculo frívolo da festa do governo e do regime. "Por esse país além — escreve António José de Almeida — as arcas estão vazias e as almas desertas, os braços sem trabalho, as inteligências incultas, o coração sem abalos patrióticos" (47).

Na óptica republicana, a especulação política empolgava uma data gloriosa da história nacional para sobre ela architectar a festa da exploração financeira, do interesse mercantil. O discurso anti-comemoracionista dos republicanos deve entender-se, porém, num ambiente de campanha eleitoral que então ocorria. Radicalizam-se as posições e as acutilantes diatribes da oposição ao governo revelam-se de forma bem clara nas acrimónias palavras de Joaquim Martins de Carvalho: "(...) enquanto para uns tudo são teatros magníficos, bailes sumptuosos, jantares e banquetes de uma ostentação sibarítica, os operários, os trabalhadores, o infeliz povo em geral não tem casa que habite, cama em que durma, fato que vista e alimento de que possa viver com sua mulher e filhos" (48). Na sua perspectiva e de tantos outros republicanos, não era o *elan* patriótico nem a vibração da alma popular que animavam as comemorações de glorificação ao Infante.

A apoteose que o Porto celebrava ao "Messias épico das descobertas nacionais", na expressão de Guerra Junqueiro, revelava-se como uma "fúnebre entrudada" num país arruinado económica e moralmente. Dela restariam "riquezas de gesso, agriculturas de teatro, indústrias de mágica, frotas de papel, glórias de cenografias (...) — ou tão-só, como Junqueiro ironiza — alguma nova marca de bolachas" (49).

Membro do Partido Progressista desde 1876, Guerra Junqueiro desferiu veementes críticas ao governo regenerador, a Fontes Pereira de Melo e ao rei D. Luís. Na sátira que publicou em 1879 com Guilherme de Azevedo, *Viagem à roda da Parvónia*, desferiu de forma cáustica uma crítica à vida política e social imputando aos ministérios regeneradores o estado de desmoralização do "reino da Parvónia".

---

(47) *O Raio*, Coimbra, nº 1, 1894, pp. 5-6.

(48) *O Conimbricense*, nº 4849, 6 Março 1894, p. 1, col. 4 e *O Tribuno Popular*, Coimbra, nº 3959, 28 Fevereiro 1894, p. 1, col. 1.

(49) Guerra Junqueiro, Porto, 24 Janeiro 1894.

Integrou com outras individualidades o grupo dos “Vencidos da Vida”, que se aproximou do rei D. Carlos, apoiando o fortalecimento do poder régio. Guerra Junqueiro afastou-se, porém, do convívio deste cenáculo, rompendo com o Partido Progressista em 1889 e reagiu intempestuosamente contra a Casa de Bragança após o Ultimato.

A sua obra *Finis Patriae* (1890), como aliás o seu drama simbolista, a *Pátria* (1896), são hinos de elevação da nação portuguesa, de reflexão sobre a decadência dinástica como origem dos males do país e cânticos de esperança na república como “fórmula extrema de salvação pública”. Não admira, pois, que a forma complacente como Guerra Junqueiro tratara o rei D. Carlos e a monarquia constitucional cedesse o lugar a uma posição anti-monárquica, anti-britânica e republicana. A resposta sarcástica de Junqueiro às comemorações henriquinas documenta essa imagem denegrida da decadência dinástica e da monarquia constitucional, geradora de efeitos nefastos ao nacionalismo. Testemunha ainda a esperança sebastianista da salvação da Pátria corporizada na República, simbolicamente representada no drama *Patria* por uma criança ao colo de um velho andrajoso que desaparece<sup>(50)</sup>.

A figura do Infante é, como vemos, controversa. Também os republicanos Teófilo Braga e Teixeira Bastos contestam o centenário henriquino. A “lenda do Infante D. Henrique”, assim intitula Teófilo Braga um artigo no jornal republicano *Vanguarda*, retrata a imagem do infante despida de todo o virtuosismo com que o consagravam, despojada também da evocação dos grandes feitos de herói nacional. O que foi, pois, o Infante? Segundo Teófilo Braga, “com o ânimo do lucro, introduzindo nas suas colonizações a escravatura africana, o infante desviou o génio nacional para o mercantilismo (...) sob o aspecto moral, pintado como parthenio ou virgem, a história nunca poderá deixar de ser severa”<sup>(51)</sup>.

Numa época em que se divulgavam as teorias da “decadência fisiológica da raça portuguesa”, no quadro do exacerbamento do

---

<sup>(50)</sup> Lia Armandina Sá Paulo, *Laicização e Propaganda Republicana na literatura dramática (1870-1910)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, pp. 42-43 (trabalho de seminário dactilografado).

<sup>(51)</sup> *Vanguarda*, Lisboa, 6 Março 1894, p. 1 e Teixeira Bastos, *A Crise. Estudos sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise geral contemporânea*, Porto, Livraria Internacional Ernesto Chardron, 1894, pp. 25-26.

nacionalismo agudizado pelo Ultimato inglês <sup>(52)</sup>, as observações higienistas assumem importância relevante e muito particularmente em momentos propícios a surtos epidêmicos ou que representem, de alguma forma, uma ameaça à saúde pública.

Nesta perspectiva, a aglomeração de forasteiros na cidade do Porto, por ocasião das festas henriquinas, mereceu da revista *Coimbra Medica* um alerta sobre as perturbações e irregularidades que em tais ocasiões podem ocorrer. A agravar a situação, "já de si bem pouco higiénica", da cidade do Porto, a impossibilidade de submeter tanta gente a prescrições rigorosas de polícia sanitária, as alterações provocadas no quotidiano citadino e as infracções cometidas poderiam fazer desenvolver surtos epidêmicos de consequências sérias. "O cansaço, a alimentação desordenada, o excesso de bebida, a promiscuidade e tantas outras desordens constituiriam a série de preparativos destinados a dispor favoravelmente os organismos para a invasão das diversas bactérias" <sup>(53)</sup>. Dado que tais cuidados preventivos não haviam sido tomados, invocando a saúde e a higiene públicas, a *Coimbra Medica* alude desfavoravelmente à celebração do centenário <sup>(54)</sup>.

A implantação do anticlericalismo, como forma corrente dominante de pressão política, retoma as suas arremetidas contra a sobrevivência clerical no liberalismo institucionalizado e acentua-se pela palavra dos republicanos e dos socialistas. Depois das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871) e com a divulgação de novas correntes filosóficas, particularmente do positivismo comtiano, através sobretudo do impacto de Littré, a "geração de 70" arvorará, com vigor, a bandeira anticlericalista. Movimento cuja mundividência de sociedade e de cultura não se

---

<sup>(52)</sup> Leia-se Irene Maria Vaquinhas, "O conceito de decadência fisiológica da raça e o desenvolvimento do desporto em Portugal. (Finais do século XIX/princípios do século XX), *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Coimbra, 1992, pp. 365-388.

<sup>(53)</sup> "As festas henriquinas e a saúde pública", *Coimbra Medica*, nº 6, 15 Março 1894, pp. 95-96.

<sup>(54)</sup> Segundo Firmino Pereira, a única epidemia que grassava desde Novembro era a varíola. Durante o mês de Março, o número de óbitos registado era de 410 pessoas, mas no ano anterior já o número atingido tinha sido de 408. (Firmino Pereira, *ob. cit*, p. 258).

coadunava com a visão clerical e da Igreja Católica e para a expressão da qual necessitava ainda de um novo conteúdo político e legal.

O ímpeto antijesuítico de Oliveira Martins (1845-1894), o radical laicismo positivista de Teófilo Braga (1843-1924), a palavra anticlerical de Eça de Queirós (1845-1900) em *O Crime do Padre Amaro* e *A Relíquia*, ou a de Gomes Leal (1845-1921) no seu *Anti-Cristo* (1884) ou no *Amor Divino* (1877), de Teixeira de Queirós (1848-1919) ou de Teixeira Bastos ou ainda na obra de Guerra Junqueiro *A Velhice do Padre Eterno* (1886) e em *As Farpas* em que Ramalho Ortigão (1836-1915) critica a “padrice” são alguns exemplos, entre muitos outros — como seria de salientar no domínio da literatura dramática (António Enes, *Os lazaristas* (1875), Lino d’Assunção, *Os lázaros* (1889), Silva Pinto, *Os homens de Roma* (1875), Dupont de Sousa, *O Padre Liberal* (1890) — do anticlericalismo próximo do ideário republicano e socialista dos anos oitenta. As propostas alternativas da mundividência anticlerical visavam uma praxis cujos fundamentos eram radicalmente contrários aos da Igreja. Em face do “espírito moderno”, as soluções que ela apresentava não passavam “de resíduos de metafísica e de medos cósmicos” (55).

A regeneração de Portugal passava pela necessidade imperativa da luta anticlericalista. Como já o apontara Herculano e Antero na sua Conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, os intelectuais de 70 e de 90 vão procurar compreender e analisar a crise nacional ligada à situação criada pela influência social e cultural da Igreja no país. Recorde-se o reatamento das relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal em 1841, a lei da reorganização dos seminários em 1845, a reentrada dos jesuítas a partir de 1848, a questão das Irmãs da Caridade em 1857-61, a sucessiva reorganização de outras ordens religiosas no país, sobretudo nos anos 80, e a constituição gradual de associações religiosas.

Reacende-se o anticlericalismo. Qual vai ser a resposta da Igreja?

---

(55) Jorge Borges de Macedo, “O anti-clericalismo em Portugal no século XIX”, *Communio. Revista Internacional Católica*, Ano II, nº 5, Set.-Out., Lisboa, 1985, p. 449 e Joel Serrão, “O anticlericalismo na literatura portuguesa”, in *Portugueses Somos*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d., pp. 200-210.

## O discurso clerical

O movimento católico, frente a um recrudescimento do anticlericalismo, desenvolve uma dinâmica de recuperação do poder da Igreja que é acompanhado de um fortalecimento do poder papal e do próprio empenhamento dos católicos. A formação de associações religiosas (a Associação Católica é criada em 1870), a reinstalação progressiva das congregações religiosas a partir dos anos 50 em Portugal, o impacto da imprensa católica (*A Palavra*, o primeiro grande jornal "católico constitucional" é criado no Porto, em 1872), a realização do primeiro congresso católico português em 1871-1872 revelam, só por si, o militantismo católico da década de 70-80 perante o crescente anticlericalismo, sobretudo, republicano. Os últimos vinte anos da monarquia são também palco de consolidação do movimento católico autónomo e depois de 1890 regista-se o florescimento máximo das suas organizações e da sua imprensa. É o período da progressiva evolução da Democracia Cristã que assume no seio do movimento católico um papel fundamental. Sublinhe-se ainda que foi um dos principais redactores do jornal católico *A Palavra* e um dos mais dinâmicos animadores da democracia cristã portuguesa, o Conde de Samodães, o presidente da Comissão Executiva das comemorações henriquinas. É igualmente sintomático que muitos dos bispos portugueses se tenham solidarizado com a iniciativa das festas henriquinas.

Perante o indiferentismo religioso e o espírito anticlericalista, o Papa Leão XIII define a política de *ralliement* na carta pastoral de 16 de Fevereiro de 1892 dirigida aos bispos franceses. Os católicos prestariam obediência aos poderes políticos estabelecidos e salvaguardariam os abusos legislativos contra a Igreja e a sua doutrina. A acção dos católicos portugueses vai orientar-se, pois, no sentido das encíclicas e das doutrinas de Leão XIII. Por outras palavras, a evolução do movimento católico implica a acção participada dos católicos no plano político. Em 27 de Fevereiro de 1894, na Câmara dos Pares, os bispos portugueses intervêm sobre a política de *ralliement*, acatam o poder público estabelecido e reconhecem o necessário envolvimento dos católicos. Porém, como acentua o bispo de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, "podem, pois, os partidos políticos, que se alternam no poder, governar à sua vontade, porque nós não lhe fazemos concorrência. O que nós queremos — acrescenta — é ajudá-los a governar bem e cristamente, e construir uma espécie de união e de força junto deles para que, sem impedir a

sua acção governativa e a sua política, possamos evitar, quanto for possível, que eles, condescendendo com exigências ultra-avançadas, possam combater a religião, a Igreja, e os seus direitos. Nesta união e força podem estar muito à vontade sem antagonismos e sem contradições, todos aqueles que desejam a influência salutar da religião no viver e governo do povo português, ou pertençam ao partido progressista ou ao partido regenerador, ou a outra qualquer agremiação política" (56).

Neste quadro integra-se o empenhamento dos católicos na formação do Centro Católico Parlamentar em 1894 (com Casal Ribeiro, Barros Gomes e outros), no aparecimento de vários órgãos da imprensa católica, na realização do VII Centenário de Santo António e do Congresso Católico Internacional em 1895, e na sacralização do cerimonial em memória do Infante D. Henrique (57).

O diapasão da imprensa e do discurso clerical pauta-se, sobretudo, pelo empenho e zelo do Infante na propaganda da fé cristã. Se honrou a Pátria, honrou também a Religião, foi homem de fé e, assim sendo, o Cardeal Patriarca, o episcopado e o clero português consagraram o seu testemunho de gratidão e a imediata anuência às comemorações henriquinas. Incorporaram o cortejo cívico por

---

(56) *Diario da Câmara Pares*, sessão de 27 de Fevereiro de 1894. Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1980, pp. 112-117.

(57) É sintomático o empenhamento da Igreja e do clero português na celebração do VII Centenário de Santo António, entre 25 e 28 de Junho de 1895, e o dos socialistas que decidem promover o primeiro Congresso Socialista Anticlerical, a realizar nas mesmas datas e para debater questões tão importantes como: o ensino religioso nas escolas; o movimento católico e o socialismo; a questão do operariado e as doutrinas da Igreja. Revestiu-se o VII Centenário de Santo António dos ritos e cerimónias profanas e religiosas, segundo os parâmetros das comemorações anteriores, num momento crucial para o movimento católico em Portugal. De entre os factos mais importantes que tiveram lugar, foi o congresso católico, realizado na Igreja de S. Vicente de Fora, o mais relevante. Das conclusões aprovadas, saliente-se a enunciada por Mendes Lages: "O materialismo faz dos homens seres insensíveis e selvagens; ataca as leis da natureza, tende a arruinar o mundo moral, frustrando os planos divinos. O remédio para os actuais males sociais está na volta da sociedade à religião, empregando para isso o desenvolvimento das ordens religiosas, a acção dos governos e as associações católicas". (*O Occidente*, nº 595, 5 Julho 1895, p. 146).

determinação da pastoral do Cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva, bispo do Porto, de 15 de Fevereiro de 1894 <sup>(58)</sup>. O episcopado português expressou a sua íntima e fraternal união às solenidades comemorativas. Nas palavras de D. Manuel Agostinho Barreto, Bispo do Funchal, na sua pastoral de 12 de Dezembro de 1893, a Igreja católica e o clero português prestavam uma homenagem religiosa em nome do mentor “da difusão do Evangelho, o primeiro e melhor fruto das nossas descobertas”. A iniciativa partiu mesmo do Bispo do Funchal e segundo a sua opinião, cabia à Madeira, como ilha primogénita, “a que maiores obrigações contraiu neste preito de gratidão” <sup>(59)</sup>. A assinalar a efeméride repicaram os sinos nas igrejas da diocese, cantaram-se solenes *Te Deum*, celebraram-se missas na Sé Catedral, chamaram-se os fiéis a estes ofícios religiosos. Exortou os seus diocesanos a entoar um clamor uníssono de entusiasmo, de crença e de íntima gratidão a Deus e ao Infante para que se digne levantar “a nossa amada pátria tão abatida e desprezada e conceder-nos homens de génio, de carácter, de honradez e principalmente de fé” <sup>(60)</sup>.

Em 20 de Janeiro de 1894, D. António Mendes Belo, bispo do Algarve, recorda a firmeza da fé cristã e o devotado respeito às verdades e preceitos da religião católica, razões inspiradoras dos empreendimentos arrojados do Infante. À solenidade nacional acrescia, pois, como define na sua pastoral, que cabia “à religião unir seus festivais cânticos ao entusiasmo da pátria numa data de jubilosas recordações”. O exemplo seria seguido pelo Bispo de Angra do Heroísmo, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, que dirige aos diocesanos uma Carta Pastoral em 7 de Fevereiro <sup>(61)</sup>.

Ideal grandioso esse que imortaliza o Infante definido antes de tudo, como católico fervoroso, depois sábio eminente, patriota zeloso, carácter arrojado, génio empreendedor.

E o Cardeal Bispo do Porto, D. Américo Ferreira dos Santos Silva (Cardeal Presbítero, Par do Reino, Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa), acentua particularmente que

---

<sup>(58)</sup> Veja-se o *Jornal de Noticias*, nº 42, 18 Fevereiro 1894, p. 2, col. 1.

<sup>(59)</sup> *Correio Nacional*, Porto, nº 275, 4 Janeiro 1894, p. 1, col. 3; *O Progresso Catholico*, Guimarães, anno XVI, nº 5, 1 Março 1894, pp. 50-53, nº 6, 15 Março 1894, pp. 62-63, nº 7, 1 Abril 1894, pp. 74-76.

<sup>(60)</sup> *Correio Nacional*, *ibidem*.

<sup>(61)</sup> Veja-se *A Palavra*, Porto, 8 e 9 Março 1894, p. 1.



as festas em honra do benemérito da Igreja seriam o início do rejuvenescimento moral e religioso que imprimiria energia e força à Nação portuguesa.

Solenes cerimónias religiosas foram realizadas pelo país em desagravo da descrença que lavrava, pela salvação eterna das almas e em prol das bênçãos para a Santa Igreja.

Dignifica-se o Mestre da Ordem de Cristo e o seu juramento no Convento de Tomar por estabelecer e dilatar o “império da cruz entre povos infiéis”. Exalta-se o carácter do Infante e o seu denodado afecto à Santa Religião. Com o seu exemplo, exortam-se os fiéis à difusão do Cristianismo. Reitera-se o reconhecimento das ordens religiosas em Portugal porque, segundo as palavras do Arcebispo de Angra, “assim o reclamam o bem do Estado, da Igreja e as necessidades imperiosas e inadiáveis das nossas colónias sem as quais será impossível conservar a nossa autonomia de Nação verdadeiramente livre e independente” (62).

As cartas do episcopado, como os textos de outros clérigos e de outros católicos reflectem essencialmente sobre o zelo religioso que a comemoração deveria revestir. Acentuaram-se, pois, as críticas ao carácter laico e profano que assumiam: “eu penso - escreve um padre no jornal *A Palavra* — que estas festas, que passam hoje, deviam ter um carácter eminentemente cristão” (63).

Os católicos associaram-se às homenagens rendidas ao “bom patriota”, ao “excelente cristão” e, sobretudo, ao “pio Infante”, num momento que julgavam propício e necessário à difusão da imagem e da palavra da Igreja Católica.

#### *A imagem nas Exposições*

Incutir nos portugueses a consciência do seu Império, dar uma lição prática de educação colonial à Nação foram os objectivos primaciais que presidiram à organização de uma Exposição Insular e Colonial no Palácio de Cristal do Porto, inaugurada no dia 2 de Março de 1894 pelo rei D. Carlos.

Presidia à comissão executiva o Conde de Samodães. As doze secções apresentadas contemplavam todas as colónias portuguesas.

---

(62) *A Palavra*, Porto, 11 Março 1894, p. 1.

(63) *Idem*, 4 Março 1894, p. 2.

Expunham-se os produtos mais variados — tecidos, peles, armas, objectos de madeira, sementes, conservas, frutas, moedas, muitos deles de colecções particulares que patenteiam ao público as riquezas das possessões ultramarinas. No vasto espaço do Palácio de Cristal desenhavam-se os vários domínios ultramarinos e as suas riquezas que reabilitariam aos olhos dos que os contemplassem a imagem do país e a visão do império colonial <sup>(64)</sup>. É essa ideia de união entre as partes de um todo, que é a Nação, que se pretende inculcar no espírito dos portugueses. No acto inaugural, em 2 de Março, o rei D. Carlos acentua o duplo carácter da Exposição — a revivescência da acção genial do Infante e a perspectiva animadora que se abre à economia nacional. Prenunciava, a seu ver, um futuro mais animador.

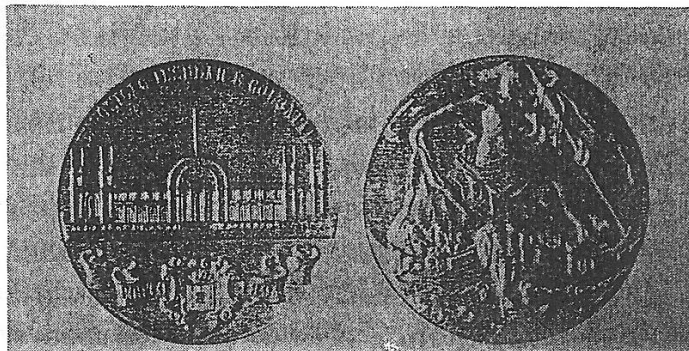
Outra manifestação reveladora das potencialidades materiais da indústria e do comércio nortenho teve lugar em Vila Nova de Gaia. A Exposição Agrícola e Industrial foi um certame de promoção dos produtos, das artes e da indústria e um testemunho vivo dos resultados do desenvolvimento económico do concelho. Quadro demonstrativo da vida de um povo, era também uma lição de trabalho, de estudo e de progresso, “mostrando assim — afirma o rei na sua alocução.— que a fibra resistente e a indomável energia, que transformaram numa realidade o sonho gentil do infante D. Henrique, constituem ainda hoje o fundo da alma portuguesa” <sup>(65)</sup>.

O centenário é, como vemos, inseparável da grande festa do regime. A Exposição Agrícola e Industrial ambiciona ter uma perspectiva modernista. A Exposição Insular e Colonial assume-se como exposição autónoma. Múltiplas perspectivas se procuravam abrir. Revitalização de um país que jazia numa grave crise económica e uma viva apoteose da expansão ultramarina portuguesa. Propaganda directa da obra realizada por Portugal no seu império ultramarino e da relação estreita entre as colónias e a metrópole. Celebração a que subjaz um sentimento de nostalgia triunfalista.

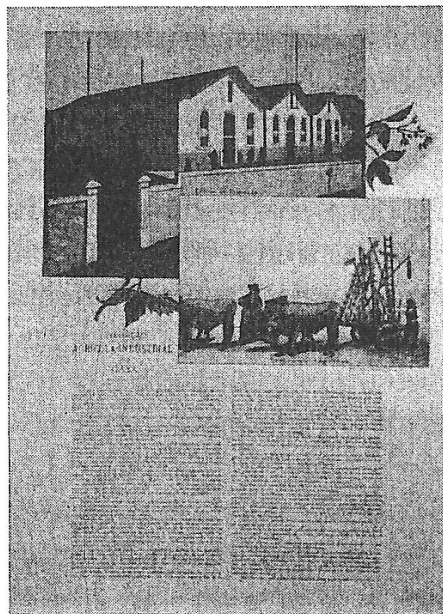
---

<sup>(64)</sup> *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palácio de Crystal Portuense*, Porto, série única, 1894.

<sup>(65)</sup> *Diario Illustrado*, nº 7524, 6 Março 1894, p. 1, col. 5.



A medalha comemorativa da Exposição Insular e Colonial



Exposição Agrícola e Industrial em Vila Nova de Gaia

*A imagem nas Sociedades*

Para além das festas oficiais, dos cortejos, das exposições, das cerimónias religiosas, algumas associações e sociedades científicas, culturais e desportivas dinamizaram uma gama diversificada de comemorações.

Na Biblioteca Municipal, perante a presença régia, houve discursos, recitaram-se odes e houve a distribuição do prémio Camões aos autores das melhores memórias sobre a vida e a obra do Infante. A Associação Humanitária Bombeiros Voluntários promoveu uma festa de caridade. O velho rito da distribuição de dádivas aos indigentes é sempre cumprido em ocasiões comemorativas. Vestuário e géneros alimentares foram oferecidos aos necessitados. O salão nobre do Grémio Serpa Pinto foi decorado para a sessão em que vários conferencistas se referiram ao vulto do filho de D. João I e à comemoração como uma etapa de uma nova época de engrandecimento pátrio.

O Ateneu Comercial do Porto associou-se à homenagem, fazendo-se representar no cortejo cívico com um carro alegórico. A Escola Médica do Porto previa a edição de um catálogo bibliográfico sobre medicina em Portugal. Inaugurou-se no dia 30 de Janeiro de 1894 uma nova agremiação designada por Club Dramático do Infante D. Henrique.

As sociedades desportivas atraíram as atenções<sup>(66)</sup>. Assim, um desporto ainda pouco divulgado entre nós, o futebol, foi disputado num desafio entre o Club Portuense e o Club Lisbonense. Fizeram sucesso as corridas de velocípedes. A bicicleta chegou e venceu. Tão popular se tornou que os torneios promovidos pelos diferentes clubes foram muito concorridos. Aconteceu assim com as corridas realizadas pelo Real Velo-Club e pelo Club Velocipedista do Porto. “Tão profundamente entrou nos nossos hábitos que duas senhoras entraram na corrida [na Boavista]” cabendo-lhes, como prémio, alfinetes de ouro para o peito. Aos demais vencedores foram entregues, pelos monarcas, os prémios em medalhas de ouro, prata e bronze<sup>(67)</sup>.

Um torneio de tiro animou também a manhã do dia de aniversário do nascimento do Infante. Várias touradas seduziram os

---

<sup>(66)</sup> *A Voz do Povo*, 3 Março 1894, p. 1; *Jornal de Noticias*, nº 54, 4 Março 1894, p. 1.

<sup>(67)</sup> *O Velocipedista*, 4 Março 1894.

espectadores. Saraus, récitas de gala, banquetes, bailes e espectáculos musicais preencheram espaços e tempos de cidadãos e de forasteiros.

Festa associativa coroou as cerimónias henriquinas — o banquete dos municípios<sup>(68)</sup>. A sala das sessões da Câmara converteu-se no esplendoroso espaço em que se reuniram elementos do exército, da marinha, representantes da imprensa e de muitas municipalidades. Evocou-se uma vez mais a imagem do Infante, brindou-se à família real e à cidade do Porto. O Presidente do município do Porto apelou então ao fervor patriótico e brindou aos municípios portugueses.

A visita real a instituições de beneficiência, a inauguração de escolas, a comutação de penas a presos, o auxílio pecuniário a obras de assistência foram outros ritos dos que sempre, nestas ocasiões, se cumprem.

Em suma, a análise e a descodificação da imagética, da simbologia, do documento artístico, da oratória, do detalhe da festa são elementos importantes do espectáculo dos centenários, da representação das ideologias e da apreensão e compreensão da memória colectiva.

### Conclusão

As cerimónias comemorativas que se sucedem nas décadas finisseculares revelam-nos a busca de um consenso, a procura de outras bases de concórdia, de um movimento de solidariedade e de fraternidade em torno do sentimento nacional. Tudo gira em volta da ideia de Estado-Nação, de Pátria, de patriotismo. “É a formação da cidadania que está ligada à ideia de pátria”<sup>(69)</sup>.

Síntese afectiva, como os designou Teófilo Braga, os centenários veneram aqueles que universalizaram ideias ou que exerceram uma acção construtiva na colectividade social. Numa concepção

---

<sup>(68)</sup> Foi a última festa organizada para as comemorações henriquinas. O menu contemplava variadas especialidades da cozinha europeia e incluía escolhidos vinhos portugueses e franceses e foi servido a 160 convidados, na presença da família real. Ergueram-se, por fim, os brindes aos reis e ao município (*Jornal de Notícias*, nº 54, 4 Março 1894, p. 1).

<sup>(69)</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 25.

evolucionista e historicista, a evocação distante e a sua exemplaridade justifica um ideal de sociedade projectado no futuro. Na linha da doutrina de Auguste Comte, as comemorações laicizam os rituais católicos e é essa dimensão cívico-religiosa que define a sociocracia comtiana como “governo dos vivos pelos mortos”.

O imaginário colectivo quer-se um comum sentir, consensual, um reflexo de um sentimento afectivo solidário. A comemoração e o poder simbólico que ela reveste deveriam compatibilizar os intuitos dos seus mentores e dos seus intérpretes<sup>(70)</sup>. Nem sempre, porém, assim acontece.

As diversas comemorações que ocorreram depois do tricentenário a Camões, em 1880, e que vêm na linha dos centenários de Petrarca (1879), de Voltaire, de Rousseau (1878), de Victor Hugo (1885) exemplificam a culturalização cívica dos *grandes homens*, referentes fundamentais à consolidação da ideia de Estado-Nação.

O centenário do Marquês de Pombal (1882), a mitificação dos grandes escritores como Garrett, Herculano, José Estêvão ou as homenagens a Joaquim António de Aguiar, João de Deus, no 1º de Maio, no 1º de Dezembro, entre outras, com a encenação cívico-religiosa nos espaços simbólicos da rua, da praça, da casa, do cemitério, movimentam massas populares e despertam no seu imaginário as épocas, as figuras, a consciência cívica da memória passada que será ou se pretende que seja um suporte às problemáticas e anseios que se questionam no presente.

As comemorações do V centenário do nascimento do Infante D. Henrique, à imagem das festas camoneanas, e modelo que serviria também em 1898 ao centenário de Vasco da Gama, que se preparava desde 1894, procuraram enaltecer e alentar a devoção à pátria, ao império, ao progresso. Ao presentificar as glórias passadas da criação do império, num momento em que se punham em causa os direitos históricos, em que se colocava com extrema acuidade a questão colonial, pretendia o governo regenerador e a corrente de opinião que lhe era favorável incentivar a consciência cívica e alimentar o imaginário colectivo sobre as pretensões de Portugal nos domínios de além-mar. Não foi conseguida a união de todos os cidadãos em torno do mesmo ideal. De facto, o significado atingido com o centenário

---

<sup>(70)</sup> Theophilo Braga, *Os Centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

camoneano não foi alcançado nas comemorações henriquinas de 1894. Isto é, a síntese afectiva não teve uma dimensão nacional.

A oposição dos republicanos e de alguns progressistas ao comemoracionismo henriquino desvirtuava o carácter ostensivo do evento que mais não era, na sua perspectiva, do que uma estratégia de reconciliação com a cidade de Porto, centro da tentativa republicana de 31 de Janeiro de 1891, mas que pretendia assumir-se como síntese nacional corporizadora da dinâmica, da virtude e da organicidade do regime monárquico-constitucional.

O que nos parece é que se não foram muito significativos os proventos para o partido governamental regenerador, a necessidade de propaganda ideológica através do centenário enquadrava-se numa conjuntura política de crescente afirmação autoritarista, a culminar na ditadura de 1895 de Hintze Ribeiro e de João Franco, radicada no conceito de "germanismo político" bismarckiano. A penosa situação financeira e a questão colonial eram indicativos evidentes do estado de inércia e da desagregação do império, aos olhos de muitos. Momento privilegiado para familiarizar a opinião pública com problemáticas tão candentes, fazendo da heroicização do homem e da evocação dos descobrimentos o paradigma do momento épico vivido e da sociedade a regenerar no presente com vista a um futuro mais promissor. É que "os povos vivem pela ideia (...) prosperam pela ideia, enaltecem-se e glorificam-se pela ideia. Pela ideia se afirmam as grandes nações e pela ideia se explicam os cenários da História" (71).

Espectáculo cívico da ideia de império para esvanecer o trauma psicológico da crise nacional e revivificar a nação agonizante e decadente, que não tinha acabado ainda a sua missão histórica no contexto das civilizações.

Encenação e culto dos valores e ideais religiosos num momento em que a Igreja e o clero concorriam com os cerimoniais cívicos de inspiração anticlericalista. A difusão da mensagem da doutrina católica procurava restaurar, através do solene cerimonial das comemorações, uma posição inequívoca da Igreja e das doutrinas pontifícias.

Se a homenagem comemorativa é, sobretudo, a celebração da data da morte, isto é, a cultualização de um rito de passagem, também a data do nascimento é rememorada. "Fosse da origem para o fim, ou do omega para o alfa, era ainda a totalidade da existência do

---

(71) *Correspondência de Coimbra*, nº 20, 13 Março 1894, p. 1.

evocado e da época que ele incarnava que as comemorações chamavam ao tribunal da memória colectiva" (72).

Tempos que marcaram a nacionalidade portuguesa em tempo em que se vive a angústia da "pátria agonizante". Para muitos, a interrogação fazia sentido: "Essa apoteose do passado terá cabimento numa época atolada no lodo de ignomínias torpes?" (73).

Tudo no homem Infante D. Henrique é um referente revivido e sujeito a (re)interpretação — o seu nascimento, o seu porte, o seu carácter, a sua acção, a sua fé, a sua morte.

A comemoração, forma particular do culto dos grandes homens, interfere no processo de constituição de uma memória nacional. "Dilui-se tanta vez na ambiguidade, mas pode revelar correntes profundas de renovação, recuperação de uma fidelidade que resiste à opressão ou ao desalento" (74).

Na comemoração, na celebração, no centenário, entrecruzam-se interesses políticos, sustentam-se conflitos, firmam-se compromissos, sincrónicos de interrogações, de perplexidades e de dúvidas, nem sempre respondidas, de uma sociedade e de uma cultura.

---

(72) Fernando Catroga, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal, 1865-1911*, vol. 2º, Coimbra, 1988, p. 903 (tese de doutoramento mimeografada).

(73) *Jornal das Damas*, nº 5, 1 Março 1894.

(74) Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 25.





O retrato do Infante - 1894